

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MEYRE JANE DOS SANTOS SILVA

**A RESISTÊNCIA NOS DISCURSOS FEMININOS DA CAMPANHA DA ANISTIA
EM SERGIPE (1978 – 1988)**

São Cristóvão
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MEYRE JANE DOS SANTOS SILVA

**A RESISTÊNCIA NOS DISCURSOS FEMININOS DA CAMPANHA DA ANISTIA
EM SERGIPE (1978 – 1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Leônia
Garcia Costa Carvalho

São Cristóvão
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Silva, Meyre Jane dos Santos
S586r A resistência nos discursos femininos da campanha da anistia em Sergipe (1978-1988) / Meyre Jane dos Santos Silva ; orientadora, Maria Leônia Garcia Costa Carvalho.– São Cristóvão, SE, 2017.
107 f. : il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Análise do discurso. 2. Anistia. 3. Mulheres – Análise do discurso. 4. Sergipe – História – 1978-1988. 5. Resistência ao governo. I. Lima, Geralda de Oliveira Santos, orient. II. Título.

CDU 81'42

**A RESISTÊNCIA NOS DISCURSOS FEMININOS DA CAMPANHA DA ANISTIA
EM SERGIPE (1978 – 1988)**

MEYRE JANE DOS SANTOS SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

São Cristóvão, ____ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho
Universidade Federal de Sergipe (PPGL)
Orientadora

Profa. Dra. Isabel Cristina Michelin de Azevedo
Universidade Federal de Sergipe (PROFLETRAS)

Prof. Dr. Fabio Elias Verdiani Tfouni
Universidade Federal de Sergipe (PPGL)

*Ao meu marido, Max, que merece
esse título tanto quanto eu.
A minha guerreirinha, Maria
Eduarda, que ainda tão jovem me
ensinou a ter força.*

*“Não queremos ser a memória de
compassivas testemunhas de uma
ordem que não escolhemos.
Queremos construir o novo dia,
defendendo o direito mais simples”.
(Movimento Feminino Pela Anistia)*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com Sua infinita bondade e misericórdia me guiou e me fortaleceu em cada passo dado.

Aos meus pais, Antônio Correia e Maria José que, mesmo com pouco estudo, incentivaram-me a sempre buscar o conhecimento. Eles que, na vida, souberam ser os melhores mestres que tive o prazer de conhecer. O que aprendi com eles, nenhum professor seria capaz de ensinar: o que é o amor!

À professora Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, por ter me acolhido ainda jovem e imatura, mas acreditou em mim, guiou-me nos caminhos do conhecimento e me trouxe até aqui. Ela a quem tenho um amor de mãe porque sei que também me ama como filha.

A meu marido, Jorge Max, que esteve presente desde o primeiro dia de aula no mestrado, e de lá pra cá traçou esse caminho de mãos dadas comigo, sustentando-me quando não tinha mais força e me motivando a persistir nos meus sonhos.

A minha família, em especial aos meus irmãos, Ninha, Jane, Edna, Edson e Fredison, que acompanharam cada passo que eu dei na vida e me ajudaram a crescer. Eles que dizem sentir orgulho de mim, mas na verdade sou eu que me orgulho de ser irmã deles. Aos meus sobrinhos, Saulo, Bruno, Maria Clara, Gabriel e Maria Eduarda, parte do meu coração que cresce lindamente fora do meu peito. E aos meus cunhados Fabio e Lia, pela união e cumplicidade.

À família de meu marido, minha segunda família, em especial, à minha sogra Maria Lourdes e meu filho postigo Allan Maia, pelo imenso carinho em que me acolheram como parte de sua família e o apoio que sempre me deram.

Aos meus amigos, pela compreensão dos momentos que não pude estar junto, em especial aos meus afilhados Vanessa e Gustavo, companheiros de vida, e Daniele dos Anjos pelos socorros sempre atendidos.

Aos meus colegas acadêmicos, especialmente Thayza Carvalho, Jaqueline Fontes e Lucas Pazoline que me acompanharam desde o PIBIC e estiveram presente em muitos momentos do mestrado.

A todos os professores da UFS, especialmente, ao Prof. Fábio Tfouni que contribuiu para esse trabalho desde quando foi meu professor de Introdução à Análise do Discurso e com seus sábios apontamentos na qualificação; e à Profa Isabel Cristina Azevedo, por sua leitura minuciosa e delicada de quem ama seu trabalho e faz com perfeição, despertando em mim uma enorme admiração e estima.

Aos funcionários do PPGL e da POSGRAP, pela ajuda nas burocracias do processo, em especial a Profa Geralda, coordenadora, e Moisés, secretário, por atenderem prontamente minhas solicitações.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para finalização desse trabalho e que, mesmo não tendo citado aqui, guardo comigo no coração.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise de discursos das mulheres sergipanas que atuaram na campanha da anistia, na ditadura militar brasileira, no período de 1978 a 1988. Nosso interesse foi verificar, nesses discursos, indícios e formas de resistência ante a repressão e as torturas a que foram submetidas, bem como evidenciar suas contribuições para a política sergipana e brasileira, na redemocratização e desenvolvimento do país. Coube, ainda, identificar o protagonismo das mulheres sergipanas em questionar a condição feminina da época e defender, em seus discursos, a liberdade das mulheres. Como aporte teórico, levamos em consideração os estudos da Análise do Discurso de linha francesa, que têm como principal teórico Michel Pêcheux (1997), e seguidores como Eni Orlandi (2007; 2012), além das fontes históricas de Ibarê Dantas (2014) e Napolitano (2014) sobre a História da Ditadura Militar no Brasil e em Sergipe. Dado nosso objeto de estudo e as teorias que o sustentam, escolhemos, para esse trabalho, a metodologia da pesquisa qualitativa. Nosso *corpus* é composto por entrevistas feitas com mulheres que atuaram na Campanha da Anistia em Sergipe; artigos de jornais que circularam no período proposto para análise e depoimentos cedidos pela Comissão Estadual da Verdade. Para proceder às análises, selecionamos sequências discursivas que nos revelaram que, num tempo em que a intensa censura ditava o que podia ser dito, as mulheres não recuaram e tomaram a frente de um dos movimentos populares mais importantes na história do país. Esse não silenciamento é marcado por manifestações de resistência, cujo objetivo era a libertação dos presos políticos e exilados. É, portanto, baseado nas lutas e no papel social que essas mulheres exerciam na sociedade no tempo de ditadura que esta pesquisa justifica a sua importância. Como resultado, verificamos que a resistência e luta das mulheres contribuíram para a promulgação da Lei da Anistia, em 1979 (Lei 6.683), e para a redemocratização do país. Outros frutos desse movimento foram a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina e da Delegacia da Mulher em Sergipe, ambos em 1988, que nos levam compreender que ainda hoje nos beneficiamos desse plantio iniciado em 1978.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Campanha da Anistia; discurso feminino; ditadura militar; resistência.

ABSTRACT

The present work consists of an analysis of the speeches of Sergipe women who worked in the campaign of amnesty in the Brazilian military dictatorship, from 1978 to 1988. Our interest was to verify, in these discourses, evidence and forms of resistance to repression and torture to which they were submitted, as well as evidence of their contributions to Sergipe and Brazilian politics, in the redemocratization and development of the country. It was also important to identify the role of Sergipe women in questioning the feminine condition of the time and to defend women's freedom in their speeches. As a theoretical contribution, we take into account the studies of French Speech Discourse Analysis, which have the main theoretician Michel Pêcheux (1997), and followers such as Eni Orlandi (2007; 2012), as well as the historical sources of Ibarê Dantas (2014) and Napolitano (2014) on the History of the Military Dictatorship in Brazil and in Sergipe. Given our object of study and the theories that support it, we chose, for this work, the methodology of qualitative research. Our corpus is composed of interviews with women who worked in the Amnesty Campaign in Sergipe; Newspaper articles circulated during the period proposed for analysis and testimonies given by the State Truth Commission. In order to carry out the analyzes, we selected discursive sequences that revealed to us that, at a time when intense censorship dictated what could be said, women did not back down and took over one of the most important popular movements in the country's history. This non-silencing is marked by demonstrations of resistance, whose goal was the release of political prisoners and exiles. It is, therefore, based on the struggles and the social role that these women exerted in the society in the time of dictatorship that this research justifies its importance. As a conclusion, we find that women's resistance and struggle contributed to the enactment of the Amnesty Law in 1979 (Law 6,683) and to the country's redemocratization. Other fruits of this movement were the creation of the Municipal Council for Women's Condition and the Women's Police Station in Sergipe, both in 1988, which lead us to understand that we still benefit from this planting started in 1978.

Keywords: Speech analysis; campaign amnesty; female discourse; military dictatorship; resistance.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso
CP – Condições de Produção
SD – Seguimento Discursivo
AIE – Aparelho Ideológico do Estado
ARE – Aparelho Repressivo do Estado
FI – Formações Ideológicas
FD – Formação Discursiva
AI-1 – Ato Institucional nº1
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ME – Movimento Estudantil
AP – Ação Popular
ANL – Aliança Nacional Libertadora
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
JUC – Juventude Universitária Católica
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SD – Seguimento Discursivo
UFS – Universidade Federal de Sergipe
DCE – Diretório Central dos Estudantes
ONU – Organização das Ações Unidas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Artigo de Ítala da Silva Oliveira sobre o analfabetismo.....	47
Figura 2: Jornal do Brasil – Basta.....	53
Figura 3: Capa do Jornal <i>Gazeta de Sergipe</i> , em 1 de abril de 1694.....	54
Figura 4: Passeata dos Cem mil em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro.....	60
Figura 5: Práticas de tortura no golpe militar.....	62
Figura 6: Manifesto do Movimento Feminino Pela Anistia, em 1975.....	65
Figura 7: Cartaz do Movimento Feminino Pela Anistia.....	68
Figura 8: Reportagem do <i>jornal Tribuna pela luta Operária</i>	90
Figura 9: Capas do Jornal da Cidade após a Operação cajueiros em 1976.....	94
Figura 10: Capa do periódico semanal <i>Sergipe Jornal</i>	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Acervo midiático dos jornais sergipanos entre 1964 e 1988.....	75
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Números de punições na Ditadura Militar.....	57
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – MOVIMENTO DO DISCURSO.....	23
1.1 Língua e Discurso.....	24
1.2 Ideologia.....	28
1.3 Sujeito.....	33
1.4 Formações Ideológicas e Formações Discursivas.....	34
1.5 Interdiscurso.....	38
1.6 Silêncio e sentido.....	40
1.7 Condições de Produção.....	41
CAPÍTULO 2 – O PERCURSO DOS DISCURSOS FEMININOS EM SERGIPE E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	45
2.1 Percurso dos discursos femininos na história de Sergipe.....	46
2.2 A revolução de 1964 – a abertura do golpe militar.....	52
2.3 Resistência e endurecimento do Regime Militar.....	58
2.4 Trajetória do Movimento Feminino pela Anistia.....	64
CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DISCURSIVA.....	71
3.1 Metodologia da análise.....	72
3.2 O perfil das mulheres sergipanas militantes.....	77
3.2.1 Laura Maria Ribeiro Marques.....	77
3.2.2 Zelita Rodrigues Correia.....	80
3.2.3 Iara Viana de Assis.....	82
3.2.4 Tânia Soares de Sousa.....	83
3.2.5 Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes.	84
3.3 O caráter sexual das torturas femininas.....	85
3.4 A resistência feminina.....	87
3.5 A censura e o silêncio local.....	91
3.6 A campanha da Anistia e seus desdobramentos.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	104



INTRODUÇÃO

É notório que a atuação das mulheres na sociedade do século XX tomou proporções diferentes da do século anterior. Embora ainda existisse uma forte presença da ideologia patriarcal que restringia o papel das mulheres na sociedade, elas conseguiram conquistar direitos, a exemplo do direito ao voto e à elegibilidade, em 1934, quando Presidente Getúlio Vargas, assumindo posições sociais que antes lhes eram negados. Tais conquistas se deram, sobretudo, por meio dos seus discursos na mídia impressa, pela participação na política e em movimentos sociais.

Em Sergipe, já na segunda metade do século XIX, embora ainda muito raras, encontramos manifestações discursivas de mulheres que eram contra regime patriarcal, que restringia a atuação feminina ao lar, e a favor da emancipação das mulheres, a exemplo de Etelvina Alves Siqueira, jornalista, professora e poetisa, que discursava contra a escravidão em um jornal fundado por um parente, contrariando a ideologia escravocrata que regia todo o país. Outra mulher também de grande destaque nessa época foi a médica e professora, Ítala Silva de Oliveira, que discutia temas relacionados às causas femininas, tais como o papel social da mulher, seu direito à educação e, especialmente, à qualificação das operárias das fábricas de tecido (CARVALHO, 2012).

No século XX, os discursos femininos se tornaram mais frequentes e disputavam espaço nas páginas de jornal com os homens. Inicialmente, as mulheres que protestavam, por meio de discursos, eram de classes mais abastadas que conseguiam ingressar em Universidades e se profissionalizar, entre elas, podemos citar: Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, professora e primeira mulher eleita Deputada Federal em Sergipe; Maria Ritta de Andrade, advogada; Cesartina Regis de Amorim, professora e farmacêutica, entre outras.

Na década de 1930, essas mulheres se juntaram a outras sergipanas e se aliaram ao movimento feminista nacional passando a reivindicar, por meio de discursos políticos em que utilizaram estratégias de persuasão bastante convincentes, direitos que historicamente lhes foram negados, como o direito à educação, à inserção no mercado de trabalho, ao voto, à elegibilidade, conforme aponta Carvalho:

[...] mulheres sergipanas, como outras do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas chegaram a se insubordinar abertamente, mas a maioria se valeu de outros métodos, organizando-se em agremiação, escrevendo para periódicos, falando em programas de rádio, enfim, lançando mão de estratégias diversas que lhes

possibilitaram ter maior visibilidade e travar uma interlocução com seu meio social, ampliando, assim, seu campo de atuação (CARVALHO, 2012, p. 17).

Percebe-se, segundo a autora, que as mulheres optaram pela estratégia discursiva para se posicionarem na sociedade, e encontraram em jornais e periódicos um terreno fértil para denunciarem o estado de submissão a que estavam destinadas. Posteriormente, outros discursos surgiram acompanhando as demandas que se apresentavam no cenário sergipano e nacional, dentre elas podemos citar: i) as reivindicações por melhores condições de trabalho – das operárias de fábricas de tecido; ii) as denúncias de mulheres que eram vítimas de assédio dos patrões ou de injustiças sociais – por conta da expansão da mulher no mercado de trabalho (décadas de 1930 – 1940); iii) críticas ao pouco investimento no plano artístico e cultural e à educação – com o ingresso na mulher na política; iv) ou euforia pelo progresso do país e pelo avanço tecnológico, sobretudo no campo dos eletrodomésticos – devido a Revolução Industrial que aumentou o poder de compra feminino (décadas de 1950 – 1960).

Após a apresentação desse breve panorama histórico, observamos a importância desses discursos que alcançaram diversas conquistas ao longo da história, mas que sempre aparecem em segundo plano na história do país e de Sergipe. Com o objetivo de dar maior evidência à atuação das mulheres na sociedade, temos a proposta de proceder a uma análise discursiva das manifestações femininas, a fim de contribuir para a sua inserção na História de Sergipe e do Brasil, já que poucas são as obras que inserem as mulheres no contexto histórico sergipano.

Cabe aqui lembrar que o interesse por este tema surgiu ainda no período de graduação ao participar dos projetos de pesquisa “Práticas discursivas femininas em Sergipe de 1932 a 1950” e “Os discursos femininos nos anos dourados em Sergipe (1950 a 1960)”. Nesses projetos, foram analisados discursos femininos publicados em jornais sergipanos de acordo com os respectivos períodos. Pretendeu-se, portanto, dar sequência a esta investigação e observar quais as novas posturas adotadas nos discursos das mulheres nas décadas que se seguiram de opressão e ditadura, e sua atuação na redemocratização e no desenvolvimento do país.

Ao estudar a conjuntura político nacional, observamos um silenciamento feminino nos jornais impressos que circulavam na mídia sergipana, nos primeiros anos da Ditadura Militar, instalada no Brasil em 1964. Obviamente, que as mulheres não deixaram de atuar nesse

período, mas há pouquíssimos jornais sergipanos que apresentam discursos femininos que abordam temas sobre a sociedade e a política. As mulheres sergipanas começaram a aparecer de fato, somente na Campanha da Anistia, iniciada em 1978. Portanto, nosso recorte de análise se limita ao período de 1978 a 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal e a criação da Delegacia da Mulher em Sergipe, uma conquista do movimento feminino sergipano. Entretanto, toda a contextualização da instauração do golpe militar e as primeiras atuações oposicionistas serão importantes para a compreensão dos discursos a serem analisados.

O início da ditadura militar, no Brasil, foi marcado pela deposição do presidente João Goulart pelos militares, em março de 1964. A partir de então, o país passou a ser governado pelas Forças Armadas Brasileiras, sendo o Marechal Humberto de Alencar nomeado o novo chefe do Executivo. Esse período foi caracterizado pela superposição do poder militar sobre o civil e pelo autoritarismo, de modo que a primeira preocupação dos oficiais foi desmontar e reprimir todos os grupos aliados ao antigo governo (DANTAS, 2004). Em Sergipe, o então governador João Seixas Dória também foi preso, pois era aliado ao governo de Goulart, e seu vice, Sebastião Celso de Carvalho, assumiu o governo do estado até o ano de 1966. Os anos seguintes foram marcados pelo rígido controle às instituições e o enfraquecimento dos grupos contrários à tutela militar.

No fim da década de 1970 e início da década de 1980, aconteceram várias mudanças político-partidárias na sociedade sergipana. Dentre outras lutas que começaram a se organizar, destaca-se a luta pela anistia e pelos direitos das mulheres, sobretudo aquelas que foram vítimas da ditadura militar; em favor da anistia de presos políticos e, principalmente, pela emancipação da mulher na sociedade. Dentre as mulheres participantes, destacam-se: Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Rodrigues Correia, Ana Maria Santos Rollemberg Côrtes, Iara Viana de Assis, Tânia Soares e outras figuras femininas que reivindicavam políticas em favor da condição feminina em uma sociedade que se redemocratizava.

O que se almeja com essa dissertação é apresentar um estudo que analise o protagonismo das mulheres sergipanas por meio de seus discursos e traçar um levantamento de suas lutas, conquistas e contribuições para a sociedade em geral, durante o período da campanha em prol da anistia política até a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina e da Delegacia da Mulher.

Nesse sentido, pretendemos resgatar a memória das mulheres sergipanas que participaram de movimentos políticos, para que possamos compreender e construir o imaginário social, o pensamento e o comportamento da sociedade da época, além de registrar, por meio de seus discursos, os embates ideológicos, as posições-sujeito que as mulheres assumiram e a reação da sociedade perante tal fato.

Observamos, também, como funcionava o discurso oposicionista, isto é, o discurso das mulheres que iam de encontro à ideologia patriarcal, e quais as posições-sujeito adotadas por elas para combater a antiga condição feminina. Cabe ressaltar, também, que o interesse em realizar a presente pesquisa está em demonstrar a maneira pela qual se dá a construção discursiva da identidade feminina em relação a questões de ordem social e política.

Como a história está inscrita não só nas ações, mas, sobretudo, na materialidade linguística, nos efeitos de sentidos produzidos pelos discursos enunciados em dado momento e espaço circunscritos, adotaremos como linha teórica a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, que tem como principal teórico Michel Pêcheux, por considerar que as diretrizes propostas pela Análise do Discurso possibilitam ultrapassar as barreiras do texto e adentrar nas confluências da história, do sujeito e da ideologia.

Para proceder à análise do *corpus*, faz-se necessário abordar algumas categorias de análise da AD¹, dentre elas o conceito de Condições de Produção (CP) do discurso. Já que segundo Pêcheux (1997), todo discurso é pronunciado a partir de determinadas condições de produção. Assim sendo, o filósofo propõe que seja traçado um deslocamento teórico para tratar do discurso, visto que ele se coloca contrário à concepção de que a língua é separada da história.

Outro conceito importante para nossa análise é o interdiscurso. Ele é encontrado naquilo já formulado, “já dito”, noutro lugar e, mesmo apagado, afeta os discursos produzidos pelo sujeito em dadas condições de produção e em outros dizeres. Por isso, Silva Sobrinho (2007, p. 44) afirma que “todo dito (formulação) se relaciona com já-ditos em outros lugares, em outros momentos; isso faz com que os sentidos se produzam nas redes de formulações, nas filiações de sentido que se historicizam, e não por propriedades da língua em si mesma”.

No tocante ao sujeito do discurso, Pêcheux (1997) se baseia nas teorias de Althusser e de Lacan, sendo que, no primeiro, o sujeito é interpelado pela ideologia, e no segundo, o

¹ Apresentaremos e abordaremos essas categorias no primeiro capítulo.

sujeito é efeito do inconsciente. Dessa forma, o sujeito não é um indivíduo abstrato, isolado das relações sócio-históricas. A AD compreende, portanto, o sujeito na sua relação com a processualidade histórico-social. Nesse sentido, torna-se possível pensar que ao mesmo tempo em que o sujeito produz os discursos, ele é também efeito do discurso, já que o discurso é uma das práticas sociais do sujeito.

Os estudos da Análise do Discurso se fazem necessário também para a compreensão da Língua que, para a AD, é uma manifestação humana e seus sentidos vêm da relação entre a história e o sujeito. Portanto, o discurso é materialização das formações ideológicas e, conseqüentemente, configura-se como uma prática presente no interior de um sistema de formações sociais. Segundo Orlandi (2012), a relação sujeito, linguagem e história é fundamental para a reflexão sobre a relação existente entre língua e história, conforme afirma Pêcheux que “a língua está vinculada às práticas sociais” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 93).

A Análise do Discurso não compreende o discurso como uma sequência linguística fechada em si mesma. O discurso é um recorte das representações da realidade e do espaço que vive o sujeito. Nesse contexto, entendemos que a língua funciona como uma ferramenta social sistematizada, levando o homem a tomar atitudes de subordinação, contestação ou adesão de acordo com o contexto histórico social em que está inserido. Dessa forma, os discursos assumem sentidos distintos e sua compreensão é resultado do processo contínuo de interpretação das Formações Ideológicas, Formações discursivas e das Condições de Produção que o discurso se insere.

Embora se tenha o registro da atuação de algumas mulheres nos movimentos da época em que houve a tutela militar, não sabemos como agiram e que instrumentos de luta utilizaram. Sendo assim, para nortear nossa análise, elaboramos os seguintes questionamentos: quais as posições discursivas assumidas pelas mulheres na política? Somente as estudantes participaram ou houve outras mulheres que se envolveram? O envolvimento foi velado ou não? Como se manifestaram? Há discursos femininos em jornais ou periódicos da época? Qual o teor desses discursos? O que manifestaram e o que silenciaram?

A partir desses questionamentos, interessa-nos, portanto, nesse trabalho, saber qual a atuação das mulheres sergipanas, por meio de seus discursos, na campanha em prol da anistia iniciada em 1978, até a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina e a Delegacia da Mulher, em 1988, fruto da organização das mulheres que militaram na campanha.

Objetivamos, então, analisar os discursos das mulheres que atuaram na luta pela anistia dos presos políticos e a favor da redemocratização do país durante a ditadura militar, a fim de evidenciar suas contribuições na história da política sergipana e brasileira, no período proposto.

Para a obtenção deste objetivo, propomos os seguintes objetivos específicos:

- Situar historicamente os discursos a serem investigados, levando em consideração suas condições de produção;
- Identificar neles as diferentes formações ideológicas e posições-sujeito assumidas pelas mulheres da época;
- Reconhecer, a partir de discursos da mídia sergipana, a participação das mulheres no movimento em prol da anistia política e da redemocratização do país; e
- Verificar as contribuições dessa luta para melhoria da condição feminina na sociedade.

Quanto à metodologia, escolhemos a qualitativa, uma vez que, segundo Stake (2011), esse método nos possibilita interpretar as estruturas sociais, os comportamentos humanos e as diversas culturas, por se tratar de uma pesquisa abrangente, contextual, detalhada e holística. Utilizou-se como *corpora* da pesquisa discursos de mulheres que participaram da Campanha da Anistia, em Sergipe.

As fontes que constituem nosso *corpus* foram recolhidas no acervo digital do *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* e da Biblioteca Pública *Ephifânio Dória*, bem como jornais nacionais que circulavam em Sergipe nesse período. Outra fonte utilizada na análise foram as entrevistas realizadas ex-presas políticas e participantes da campanha pelo projeto de pesquisa “Vozes de um passado presente”, coordenado pelo Prof. Dr. José Vieira da Cruz. Além dessas fontes, observou-se ainda dois documentários que tratam da atuação da mulher no período da ditadura militar, a saber: *Mulheres em luta* (2014); e *Operação Cajueiro: um carnaval de tortura* (2014).

Quanto à organização, este trabalho está ordenado, além da introdução e das considerações finais, em três capítulos:

Capítulo 1, com o título “Movimento do Discurso”, reservado à construção dos pressupostos teóricos que darão sustentação à análise. Nele foram traçados os conceitos-chave da Análise do Discurso que serviram de base para nossa análise, como o conceito de Língua e Discurso, Ideologia, Formações Discursivas e Ideológicas. Faremos também reflexões sobre Interdiscurso, Sujeito, Silêncio e Resistência e Condições de Produção.

O segundo capítulo, intitulado “O percurso dos discursos femininos em Sergipe e a ditadura militar brasileira”, traçou um percurso histórico sobre o período da Ditadura brasileira e a atuação das mulheres opositoras. Inicialmente, foi feito um breve levantamento histórico da atuação feminina ao longo da história e suas conquistas na sociedade. Em seguida, retratamos como se deu o golpe militar em 1964, suas consequências e evolução ao longo da história até a redemocratização do país em 1985. Ressaltamos que este capítulo é essencialmente histórico, pois ela é fundamental para compreendermos a relação entre os diversos discursos que circulavam socialmente e as questões sociopolíticas que permeavam esses discursos.

No capítulo terceiro, com o título “Construção da análise discursiva”, inicialmente, realizamos uma reflexão acerca da metodologia utilizada para a análise discursiva do nosso objeto de estudo. Em prosseguimento ao estudo, procedemos à análise dos discursos de mulheres que participaram da Campanha da Anistia, no Estado de Sergipe, ancoradas nas teorias da AD. Para melhor delimitar as análises, fizemos recortes discursivos, denominados de Seguintes Discursivos (SD), e os enumeramos para que facilitasse a localização quando remetêssemos a eles. Antes de adentrar em temas específicos estudados, foi preciso traçar um perfil de cada mulher que nos propomos a estudar, para que pudéssemos compreender o papel que exerciam na sociedade e por que abraçaram essa causa. Na sequência, procuramos responder às perguntas norteadoras dessa pesquisa e, para isso, selecionamos quatro tópicos, a saber: o caráter sexual das torturas femininas; a resistência feminina; a censura e o silêncio local; e a Campanha da Anistia e seus desdobramentos.



CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS DO DISCURSO

Este capítulo tem como finalidade discutir e refletir os conceitos teóricos em que a Análise do Discurso de linha francesa está alicerçada, os quais serviram de base para a análise de discursos femininos, pronunciados durante a Campanha da Anistia em Aracaju-Se, objeto dessa pesquisa.

Inicialmente, tratamos de conceitos básicos da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), tais como Língua e Discurso, Ideologia, Formações Ideológicas, Formações Discursivas, Interdiscurso, Sujeito, elementos cruciais para a análise do *corpus* desse estudo. A partir dessas concepções, refletimos também sobre o Silêncio e a Resistência, para entendermos como essas categorias se manifestam na língua por meio dos discursos, quais os seus efeitos de sentido e como refletem a posição-sujeito assumida pelas mulheres. Por fim, apresentamos conceito sobre Condições de Produção para podermos compreender o momento histórico em que nossa pesquisa está inserida.

1.1 Língua e Discurso

Independentemente da forma como a linguagem é abordada, existe um acordo histórico, no qual sua função seria possibilitar as condições básicas para a sobrevivência e a organização do homem na sociedade.

Mesmo que seja pertinente concordar que a língua é um instrumento de comunicação, utilizado para transmitir informações, não podemos limitar sua função unicamente a de representar algo ou a informar, pois estaríamos adotando a noção de código. E se a língua fosse apenas um código, um determinado enunciado teria sempre o mesmo sentido, mesmo que o contexto em que foi produzido fosse alterado.

Ferdinand Saussure foi o primeiro a garantir o lugar da Língua entre as ciências no início do século XX, ao fundar uma disciplina autônoma em relação às demais ciências humanas: a Linguística. Ao delimitar seu objeto de estudo, Saussure escolhe a língua considerando-a como o único elemento capaz de dar racionalidade à Linguística. Desvencilha-se, portanto, da fala, por considerá-la multifacetada, heterogênea, um ato individual da vontade e inteligência. Para ele “a língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente”, além de considerá-la “um sistema abstrato, homogêneo, social

e supra-individual”. Embora o mestre genebrino tenha dado um passo largo ao instituir a disciplina linguística, ainda estava longe de conhecer o verdadeiro caráter da língua, nem abstrato, nem tampouco heterogêneo, mas, sem dúvida, reconheceu seu papel social (VOESE, 2002).

A partir de Saussure, a concepção de língua foi se diversificando de acordo a vertente escolhida para a compreensão do objeto de estudo. Dentre esses estudos,

[...] é possível encontrar linguistas que estudam a língua enquanto possibilidade de representação de uma realidade, ou os que a estendem como geradora de ações significadoras dos indivíduos. Há, ainda, os que se ocupam em estudar o significado, descrevendo as regras do uso da língua – que tanto podem ser ordem interativa como cultural; e que, finalmente, há aqueles que se propõem a analisar a produção de sentidos, incluindo dimensões mais amplas, como a da historicidade da linguagem (VOESE, 2002, p. 65).

Segundo os estudos linguísticos de Saussure, a língua é entendida como um sistema inscrito na memória comum, de modo que permite produzir e compreender a infinidade dos enunciados, no entanto, não está associada com a historicidade e o sujeito.

Já Michel Pêcheux (2008) considera o caráter histórico e social da língua e entende que a sua autonomia da língua é relativa, pois os estudos sobre os discursos não são limitados à utilização dos recursos linguísticos, visto que a memória do acontecimento reconstrói os efeitos de sentido determinados pela história. Nos estudos da AD, o social e o histórico são indissociáveis, ambos caminham juntos no discurso.

Seguindo a mesma linha de estudo de Pêcheux, Carvalho (2012, p. 32) afirma que a “língua fornece os fundamentos necessários à manifestação do discurso, ou seja, é a possibilidade de um falante expressar-se através do uso do sistema linguístico, com o seu conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas disponíveis”, no entanto ela não se restringe a essas estruturas, uma vez que as circunstâncias sociais e históricas interferem nos efeitos de sentido.

A língua pode ser compreendida de diversas maneiras, entretanto embasaremos nosso trabalho na concepção de Língua não como um circuito fechado, limitado à semântica de suas palavras, e sim ao seu caráter heterogêneo, relacionada a seu contexto histórico-social, conforme afirma Carvalho:

Não se pode conceber a língua separada da história. Todo usuário da língua se insere em um tempo e um espaço circunscrito e não pode fugir dessa contingência, que o caracteriza como um ser histórico e social. A língua é história e faz história. A materialidade discursiva é ao mesmo tempo, linguística e histórica (2012, p. 37).

Nesse sentido, o analista do discurso necessita apreender a historicidade do discurso e os efeitos de sentido produzidos, para proceder a interpretação. Ao iniciar seus estudos sobre a AD, Pêcheux delimita o discurso como seu objeto e vincula a política à história. Assim sendo, a AD constitui sua base teórica na relação entre o sujeito, a linguagem e a história. Ainda neste sentido, Carvalho (2012), de acordo com Orlandi, diz que a AD “nasce como prática regulada pela ordem da língua e da história” e faz uma distinção entre a “ordem da língua” – enquanto sistema significante material – e a “ordem da história” – enquanto materialidade simbólica. Temos então, uma materialidade concreta e outra abstrata que se unem para tornar possível a compreensão de como os sentidos são produzidos.

Partindo da ideia de que o sentido do discurso é encontrado na relação entre a língua e a história, Lazzali (2011) amplia esta significação para a relação entre a materialidade significante e a história. O discurso é, portanto, considerado uma prática que materializa a história, já que ele está inserido no sistema de formações sociais. Maltby (1997, p. 82) define o discurso “como uma prática [...] de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”

Existe, nos discursos, uma cadeia de vários outros discursos, de formações discursivas diversas que determinam o seu sentido. Maingueneau (2015) afirma que o sentido do discurso tem relação com o interdiscurso², de modo que para interpretá-lo é necessário relacioná-lo a outras formações (discursivas e ideológicas) a que está relacionado. Assim, não podemos analisar o discurso como circuito fechado, em que isolamos os fatores que o compõem. Daí, que para interpretá-lo, há a necessidade de relacioná-los para melhor compreendê-lo, conforme propõe Carvalho:

Ora, se a língua é uma manifestação humana e seus sentidos advêm da relação entre o sujeito e a história, o discurso representa a materialização das formações ideológicas, desde que é um lugar de expressão da palavra, espaço em que os interlocutores se revelam, “ganham existência” e a ela dão sentido. O seu significado

² O conceito de Interdiscurso é abordado no tópico 1.4.

não se encontra apenas na relação entre os termos e os segmentos que o compõem, mas no espaço discursivo em que se revela o dinamismo das relações e das forças sociais em que a materialidade ideológica se revela. Em consequência, o discurso constitui o espaço das mediações, em que novos sentidos são atribuídos às palavras a partir da resignificação dos já existentes (CARVALHO, 2012, p. 34).

Em outras palavras, a autora afiança que, quando o sujeito pronuncia um discurso, ele acaba por traduzir aspectos do tempo e do espaço em que vive. Dessa forma, não podemos separar seu discurso dessas situações, já que o sentido do enunciado não está apenas nas palavras, pois sofre influências de seu contexto histórico e social, bem como das formações ideológicas que o dominam.

Entendemos, portanto, que o sentido do discurso não está exclusivamente nas palavras utilizadas, mas no espaço discursivo existente entre seus interlocutores. Para analisá-lo, é preciso considerar suas condições de produção, as quais apresentam as determinações históricas e os efeitos de sentido que deseja produzir.

O analista não pode observar o discurso por um único ângulo, nem também tomá-lo como parâmetro para os demais, visto que eles são produzidos a partir de posições-sujeito que se manifestam em determinado tempo e espaço. O sentido se produz no funcionamento discursivo, sempre determinados pelas condições de produção e sempre apontando para outras relações possíveis. Pensar o deslocamento dos sentidos no entremeio da linguagem e da história é reafirmar que a significação se produz na tensão das fronteiras entre uma e outra.

É com base nessa noção de deslocamento que se dá o movimento entre significantes e sentidos. Somente no funcionamento discursivo, é possível detectar esse deslocamento de sentidos e as derivas decorrentes da tensão produzida nos limites entre linguagem e história.

Tendo como base a concepção de discurso como um processo, não como um produto, inferimos que ele possui uma função fundamental no processo de constituição, produção e reprodução da vida em sociedade, o que decorre da característica de indissociabilidade entre a língua e a história.

O conceito de ideologia é essencial para todo e qualquer trabalho embasado na Análise do Discurso. Portanto, a seguir, apresentaremos alguns conceitos e a linha que iremos fundamentar nossas análises.

1.2 Ideologia

O termo ideologia nasceu em 1801, usado pelo filósofo Destutt de Tracy, em sua obra *Elements de idéologie*, em que analisa a faculdade de pensar. Desde então, tem servido de base para as outras ciências e abordado de maneiras diversas de acordo com as perspectivas teóricas (FLORENCIO et al, 2009).

É pelo componente da ideologia que a teoria marxista fornece à Análise do Discurso instrumentos para o processo de constituição enquanto disciplina, especialmente no que tange os estudos marxistas de Louis Althusser. A partir de então, a noção de ideologia passa a ser compreendida como um elemento essencial para pensar na relação língua-discurso-sociedade. É, portanto, com base nas formulações de Althusser que fundamentaremos nosso trabalho.

Em sua obra inicial sobre a *Análise Automática do Discurso*, Michel Pêcheux (1997) propôs que seria possível observar o funcionamento de uma espécie de máquina discursiva que seria capaz de, pela ação da ideologia, permitir a produção dos discursos por parte dos sujeitos. Esse período foi denominado de “primeira fase da Análise do Discurso” (AD-1)³. Esta fase foi marcada, sobretudo, pelo desvendamento do caráter ideológico que pontua a interferência da linguagem na cultura.

O ponto de partida da reflexão althusseriana sobre ideologia é também o princípio do materialismo histórico. Para Althusser (1985), a ideologia é capaz de interpelar o indivíduo, transformá-lo em sujeito e incorporá-lo no âmbito de discursos responsáveis pela manutenção ou reprodução de uma determinada ordem social. Assim sendo, a ideologia age por meio da condução das práticas dos indivíduos na sociedade. É, portanto, através do reconhecimento de si, enquanto ser pertencente a uma determinada ordem social que o indivíduo assume uma posição no interior de sua estrutura, incorporando-se em seu circuito.

O conceito central sobre a ideologia, proposto por Althusser, é desenvolvido a partir de duas teses fundamentais – a imaginária e a material – que propõem explicar os componentes ideológicos de uma formação social. São elas:

³ Esta primeira fase da Análise do Discurso (AD1) ficou conhecida como máquina discursiva. A segunda fase da Análise do Discurso (AD2) aborda questões sobre o “pré-construído”. A terceira fase, (AD3) Pêcheux propõe a “desconstrução das maquinarias discursivas”, é marcada pela noção de polifonia, de heterogeneidade e de intertextualidade.

- a) A ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com as relações sociais que governam suas condições reais de existência;
- b) A ideologia tem uma existência material.

A primeira tese aborda que as “concepções de mundo”, sejam elas religiosas, morais, jurídicas ou políticas, são, por vezes, ilusões sobre suas reais condições de existência, visto que elas não correspondem à realidade. Essa concepção fantasiosa parte da alusão da realidade, pois Althusser afirma que

[...] toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de mais a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais que vivem (ALTHUSSER, 1985, p. 88).

A partir dessa afirmação, podemos inferir que não é na ideologia que encontramos a representação do homem em suas relações reais, e sim por sua relação imaginária com as condições nas quais vive. Dessa forma, temos a aproximação explícita entre ideologia e inconsciente, pois é justamente a “deformação” da representação imaginária dos indivíduos que possui maior efeito. Dito de outra forma, é na ideologia que o homem representa o mundo para si mesmo, entretanto, este não é tal como existe efetivamente, e sim um mundo marcado pela intervenção humana.

Já a segunda tese defende a matéria da ideologia, não como um objeto concreto, mas seguindo a teoria aristotélica, essa matéria “se expressa de inúmeras maneiras” (ALTHUSSER, 1985, p. 89), se enraíza e é transmitida de um indivíduo para o outro, por meio de um conjunto de práticas que determinam as práticas materiais. Assim sendo, a ideologia não representa apenas um sistema (ilusório) de ideias que atua unicamente na imaginação para compreensão da realidade ou representação do mundo, ela possui, sobretudo, uma existência material. Podemos, então, concluir que a ideologia se materializa na sociedade através dos discursos.

Ainda sobre a concepção althusseriana, observam-se dois conceitos sobre o modo da reprodução da ideologia nas relações sociais: tratam-se dos conceitos de Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e Aparelho Repressivo do Estado (ARE).

Esses Aparelhos foram inseridos na sociedade pela classe dominante como mecanismo de perpetuação ou de reprodução das condições ideológicas nas classes dominadas. E é dessa forma que o Estado age através de seus Aparelhos Repressores, representados pelo governo, polícia, cadeias, juristas, etc, atuando pela repressão, e de seus Aparelhos Ideológicos, representados pela escola, religião, cultura, política, etc, atuando pela ideologia. Desse modo, a função dos ARE é assegurar, utilizando-se da força bruta ou por meio de ordens, proibições e censuras, as condições políticas favoráveis para que os AIE funcionem.

Entretanto todo aparelho do Estado, seja repressivo ou ideológico, funciona ao mesmo tempo pela violência e pela ideologia. Sendo que o repressivo atua, inicialmente, pela repressão e posteriormente pela ideologia, ao passo que o ideológico funciona predominantemente pela ideologia e secundariamente pela repressão. Ainda, segundo Althusser, a ideologia que existe nos aparelhos ideológicos prevê determinadas práticas que regulam rituais materiais e resulta nos atos do sujeito:

[...] constatamos portanto que a representação ideológica é, ela mesma, forçada a reconhecer que todo “sujeito” dotado de uma “consciência” e crendo nas “idéias” que sua “consciência” lhe inspira, aceitando-as livremente, deve “agir segundo suas idéias”, imprimindo nos atos de sua prática material as suas próprias idéias enquanto sujeito livre. Se ele não o faz, “algo vai mal” (ALTHUSSER, 1985, p.90).

É com base nessa percepção que Althusser constrói a noção de sujeito e elabora sua principal tese: a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito. É, portanto, através dessa interpelação que a ideologia transforma o indivíduo em sujeito e colabora para reprodução das relações sociais. Ainda nesse sentido, Florêncio et al (2009, p. 34) diz que “a função da ideologia não é só constituir indivíduos em sujeitos, mas, também, conduzir sua auto-sujeição”.

A afirmação de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito faz com que Pêcheux articule no entremeio do discurso à questão do sujeito e do sentido. Logo, a presença da ideologia na AD é justificada pelo fato de que não pode haver sentido sem

compreensão, e é o contexto sócio-histórico, portanto, ideológico, que possibilita as significações do enunciado. Neste ponto, Pêcheux (1997) afirma que:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (Ibid., p. 165-166).

É com base nos pressupostos teóricos de Pêcheux que Orlandi (2002) afirma que a Análise do Discurso ressignificou a noção de ideologia a partir das considerações sobre a linguagem, ou seja, deu a ela uma definição discursiva. Segundo a autora, a função da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Ibid. p. 46). Com base na teoria pecheutiana, ela diz que a principal característica da ideologia é ocultar sua existência dentro do seu próprio funcionamento, o que resulta em “evidências subjetivas⁴”. Orlandi defende, então, a necessidade de uma teoria materialista do discurso, em que sejam abordados os feitos das evidências de sentido e do sujeito.

A ideologia, portanto, tem a função de estabelecer dispositivos que estruturam os significados das ações que acontecem nas relações sociais. E é por meio do discurso que as formações ideológicas se materializam. Assim sendo, a ideologia não é concebida apenas como ideias que rodeiam o mundo, e sim como instância determinada no processo histórico-social de uma dada formação social.

Para a AD, o sujeito do discurso é o resultado da relação entre a história e a ideologia. Dito de outra forma, o sujeito é constituído a partir da relação com o outro e, por não ser origem do sentido, está submetido a se ressignificar e é atravessado pela incompletude. Sendo, portanto, a ideologia um sistema de representações, logo é também extremamente inconsciente, impondo-se como estrutura sem passar pela consciência humana. Para Orlandi (2002):

⁴ Subjetiva aí é entendida não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito” (ORLANDI, 2002, p. 46)

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) Por sua vez, a evidência do sujeito – a de que somos sempre sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Este é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia. (Ibid., p. 46)

Tais evidências funcionam pelos esquecimentos⁵ – descritos por Michel Pêcheux, os quais dão a ilusão ao sujeito de ser autor de seu discurso – e concebem ao sujeito ver a realidade como “sistemas de significações percebidas”. Assim sendo, não podemos considerar a ideologia como oculta e sim como uma função necessária entre a linguagem e o mundo.

As contradições ideológicas a que o sujeito é exposto fazem com que ocorram conflitos de ideologias e se configure a heterogeneidade no discurso. Isso acontece devido ao compartilhamento que o indivíduo faz do espaço e tempo com outros indivíduos, próprio da complexidade social. Portanto, como já dito anteriormente, a AD sempre considera a língua em relação ao seu contexto histórico-social-ideológico. Nesse sentido, compreendemos, pois, porque a AD não tem a língua como objeto de estudo, nem tão pouco as complexidades do meio social, mas, sim, o fenômeno que ocorre no entremeio dessas duas linhas: o discurso. Assim, a língua não é considerada unicamente por sua forma, mas também por sua função, marcada pela significação em um contexto social em que a ideologia assume o lugar central.

Em suma, entendemos que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, é materializada nos aparelhos do Estado e possui como função uma prática social e política, pois está diretamente relacionada à reprodução das condições de produção e da existência e permanência dos sujeitos na sociedade.

⁵ Para Pêcheux, o sujeito do discurso atua em nível de dois esquecimentos: esquecimento nº 1 – o sujeito tem a ilusão de ser o criador do seu discurso e esquece que todo discurso é sustentado pelo já-dito; esquecimento nº 2 – o sujeito tem a ilusão de que sabe o diz, esquecendo-se da dispersão e da variedade de sujeitos que o caracterizam (PÊCHEUX, 1997).

1.3 Sujeito

Na concepção de Pêcheux (2008), o sujeito é efeito dessas práticas discursivas. Isso acontece por conta do “esquecimento” daquilo que determina a formação discursiva que o domina, ou seja, o indivíduo esquece a causa que determinou seu discurso, o que leva a pensar que é dono do seu discurso. Segundo Amaral, que resgata a teoria de Pêcheux:

Essa posição do sujeito é marcada por um efeito de ‘onisciência’ da subjetividade, produzida pela intervenção da ideologia de cunho idealista, que enaltece o sujeito como fonte do processo de produção e reprodução da vida e, portanto, enaltece as suas formas de representação: o sujeito tem a ilusão de que é dono do seu discurso (esquecimento 1) e que tem a autonomia na escolha das palavras que emprega no discurso que julga ser seu (esquecimento 2) (AMARAL, 2005, p. 33).

A partir dessa afirmação, podemos dizer que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas correspondentes. Temos, no entanto, a afirmação de que o sujeito do discurso é constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, isto é, sua significação parte do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito pelo discurso. O sujeito, atravessado pela ideologia, imagina-se “livre” para dizer o que quiser, tendo a ilusão de ser dono do seu dizer, e assim, ele repete discursos sem se dar conta dos efeitos de sentido que produz.

Assim sendo, a AD não concebe o sujeito como consciente e fonte de seu discurso, pelo contrário, percebe-se como um sujeito construído historicamente, interpelado pela ideologia, atravessado pelo inconsciente. Dessa forma, o sujeito, assim como o sentido, é constituído pelo discurso e no discurso.

Retomando as concepções de Althusser, Pêcheux (1995) fala sobre a *forma-sujeito* que está diretamente ligada às práticas sociais assumidas pelo sujeito do discurso, assim, determina sua existência histórica. Portanto, o autor entende que existe uma articulação entre ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. E isso corre devido à identificação com uma determinada formação discursiva, de modo que o sujeito re-inscreve no interdiscurso o seu discurso, assumindo, assim, a forma-sujeito. Diante disto, entendemos que é no interior de uma formação discursiva que se dá o assujeitamento.

Ainda de acordo com as teorias de Pêcheux (1995), Tfouni e Pacífico (2005) afirma que “o sujeito é sempre-já sujeito e isto é possível porque, mesmo antes de seu nascimento, já existe um interdiscurso que sustenta a constituição deste sujeito”. Em outras palavras, podemos dizer que o sujeito é fruto do pré-construído.

Em contrapartida, vale a pena abordar as individualizações do sujeito. Conforme dito por Orlandi:

As formas de individu(aliz)ação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades, resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir. Esse indivíduo funciona, por assim, dizer, como pré-requisito nos processos de identificação com esta ou aquela formação discursiva. E assim se constitui em uma posição-sujeito na sociedade. (ORLANDI, 2012, p. 228).

Segundo abordado por Orlandi, a resistência ocorre entre o embate que de um lado está a relação forma-sujeito-histórica e a individualização pelo Estado, e do outro o processo de identificação do sujeito. Portanto, a resistência do sujeito implica em pensar o sujeito dividido entre o assujeitamento e a individualização que o permite optar por ideologia que não seja a dominante, mas que da mesma forma estará assujeitado a ideologia.

Em suma, “o sujeito é uma lugar de significação” historicamente constituído, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Ele (o sujeito) sempre fala de um determinado lugar social, em que é afetado por diversas relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. A partir dessas concepções, abordaremos, a seguir, questões sobre as formações ideológicas e discursivas que interpelam o indivíduo e o transforma em sujeito.

1.4 Formações Ideológicas e Formações discursivas

Não podemos conceber o indivíduo sem sociedade, pois todo indivíduo é um ser social. Dessa forma, conforme abordado anteriormente, para interpretarmos um discurso, faz-se necessário antes compreendermos o processo das determinações sociais, políticas e

econômicas de sua produção, a qual a teoria marxista denomina de Formações Ideológicas (FI).

Amaral (2005, p.43), afirma que “as formações ideológicas são expressões da conjuntura ideológica de uma formação social”, de modo que acompanha o processo evolutivo da sociedade, modificando-se junto com ela. Amaral se ancora na concepção de Pêcheux, de que as FIs intervêm nas relações sociais como uma força em confronto com outras forças no interior de uma sociedade.

As FIs, por sua vez, se dão a partir das formas específicas de ideologia – a exemplo do direito, da religião e da política. Conforme Marx (2002, p. 72), “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual”, por meio da imposição de seus valores, de suas atitudes e representações. Cada formação ideológica estabelece um complexo de valores, atitudes e representações historicamente definido em relação às classes em confronto. A esse respeito, Florêncio nos diz que:

As formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que os sujeitos se colocam/são colocados. As formações ideológicas se constituem, por conseguinte, por “um conjunto complexo de atitudes e representações que nem são individuais, nem universais, mas dizem respeito às posições de classe em conflito” [...], são particulares (FLORENCIO, et al. 2009, p. 69).

É com base nessas posições assumidas pelo sujeito, que as FIs dão sustentação ao que foi dito, dando-lhe sentidos. Por conta disso, o analista deve buscar identificar as FIs que permeiam no discurso, bem como saber a quais formações sociais estão relacionadas, já que as formações ideológicas se concretizam por meio do encontro da materialidade da língua com a materialidade da história.

Nesse contexto, Pêcheux nos afirma que o sentido das palavras não pertence ao que foi dito. O que determina o sentido das palavras é a posição ideológica, situada no contexto sócio-histórico que está inserido. Portanto, ao analisarmos um discurso se faz necessário considerar as Formações Discursivas em que eles se inserem e as Formações Ideológicas que os sustentam. Como todo discurso é produzido em um determinado momento histórico,

Amaral (2005 p. 27-28), afirma que “O discurso é uma materialização das formações ideológicas; é, por isso, o espaço por excelência de expressão da palavra; a instância em que a palavra cumpre sua função, manifestando-se como produto das relações e das forças sociais”.

Foi Pêcheux que introduziu a noção de Formação Discursiva (FD)⁶, na Análise do Discurso, e a concebeu como proveniente de uma formação ideológica que a sustenta, ou seja, as Formações Discursivas, por sua vez, são definidas “como espaços de significação que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição [ideologia] dada numa conjuntura” (PÊCHEUX, 1997, p. 166). Dessa forma, conforme dito anteriormente, os sujeitos manifestam suas posições ideológicas no interior das formações discursivas, mesmo que essas posições estejam ocultas – para o sujeito – a fonte do que foi dito.

Em toda FI encontramos uma ou mais FD, pois é a segunda que determina o que é permitido dizer num determinado momento. Assim a ideia é veiculada de modo que os interesses do discurso sejam alcançados. É neste sentido que Amaral (2005) afirma que é através das FDs que as FIs se manifestam socialmente, e intervém nas relações e na prática social. Por isso que as denomina de “sítios de significação”, que é o espaço em que ocorre a regulação e o confronto dos discursos, que podem tanto direcionar o que foi dito para uma específica FI, como promover confrontos entre diversas formações. Em outras palavras, as formações ideológicas operam nas formações discursivas determinando o que pode ser dito e regulando os sentidos. Para a autora,

Esse movimento contínuo de reconfiguração e de significação tanto aproxima os sentidos, estabelecendo-os e determinando-os, fazendo parecer que, por isso, as formações discursivas são “regiões fechadas e estabilizadas”, quanto os afasta e possibilita a manifestação do diferente, do confronto de sentidos em uma formação discursiva. As formações discursivas são “pontos de atracagem” que possibilitam esse processo de aproximação e distanciamento entre os sentidos dos processos discursivos, não permitindo que haja uma total independência entre elas, como também não os deixando confundirem-se com outros sentidos já sedimentados na memória discursiva (no interdiscurso) (AMARAL, 2005, p.44).

⁶ É importante lembrar aqui que o conceito de formação discursiva foi uma formulação elaborada por Michel Foucault (2004) e consta em seu livro *Arqueologia do saber*. Para Foucault, um grupo de enunciados está relacionado a um sistema de regras comuns e são determinadas historicamente. Foi introduzida na AD, por Pêcheux, na chamada AD2 quando “começa a explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu *exterior*” (PÊCHEUX, 1997, p. 314).

Por sua vez, não pode separar o discurso da sua “exterioridade constitutiva”, pois em todo discurso sempre há outro discurso (interdiscurso). É através da ligação dessa exterioridade com o interdiscurso que surge, assim, um novo discurso.

A noção de FD envolve dois tipos de funcionamento: a paráfrase e o pré-construído. A primeira é um espaço em que outros enunciados são “retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade”. Já o pré-construído, segundo Pechêux, é um dos pontos fundamentais da teoria do discurso, visto que ele rompe a barreira discursiva como se estivesse “já aí” (BRANDÃO, 2004, p. 48).

Ao optar por uma Formação Discursiva dominante, o indivíduo é interpelado por ela, isto é, o sujeito é determinado pelos pré-construídos. É por conta desse processo de paráfrase que as FDs estão em constante movimento de (re)significação. Percebemos, portanto, que as palavras não possuem o sentido em si, o significado é resultado das FDs em que o discurso está inserido. E segundo Amaral (2005):

As condições de produção de um discurso, pois, estão relacionadas à totalidade do processo sócio-histórico, um processo social em movimento que supõe indivíduos em relação com a cultura, a sociedade e a economia, tudo isso constituem o ‘contexto’ no qual o discurso foi produzido; é a representação da situação empírica no imaginário histórico-social, a “exterioridade constitutiva do discurso” (Ibid. p. 35).

Orlandi (2002), determina que a FD é um termo base da AD, pois essa relação entre FD com a ideologia possibilita ao analista do discurso compreender o processo de produção de sentido e estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Para a autora:

Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (ORLANDI, 2002, p. 44).

O sentido de cada discurso está diretamente ligado a sua FD, pois o sentido de uma mesma palavra varia de uma FD para outra. Por conta disso, que a FD é heterogênea, pois

dialoga e acomoda outras FDs, já que os discursos são regidos pelas formações ideológicas que contêm uma ou várias outras formações discursivas interligadas.

A FD é compreendida, portanto, como um conjunto de princípios reguladores do discurso contêm, mas que se mantém separado dele, aquilo que, de acordo com uma determinada formação ideológica, limita o que pode ou deve ser dito.

1.5 Interdiscurso

Conforme vimos anteriormente, uma formação discursiva é responsável por fornecer as condições para a produção dos sentidos, de acordo com cada momento histórico. Porém, mesmo que todo discurso seja único, a julgar pela especificidade construída pela decorrência do contexto histórico-ideológico, de cada enunciação, não significa que cada discurso não tenha ligação com outros discursos. Longe disso, todo discurso sempre está interligado a outros e essa relação é denominada, pela AD em sua terceira fase: de interdiscurso.

Em uma linguagem mais simples, chamamos de interdiscurso o *já dito*, isto é, quando um determinado discurso, enunciado por um sujeito, num dado momento histórico, mantém relação com outros discursos, produzidos em outro momento histórico, numa relação que supõe a existência dos *já ditos*. Segundo Dantas, o

Interdiscurso caracteriza-se como a determinação que as formações discursivas exercem sobre a produção textual de cada um, na forma de conjunto de discursos (ditos em outro lugar e sob outras circunstâncias) que são desiguais porque sempre dizem algo diferente, contraditórios, porque surgem de lugares diferentes, e subordinados, porque são determinados por heterogêneos sistemas culturais (DANTAS. 2007, p. 73-74).

Todo discurso dialoga com outros discursos passados, pois é impossível conceber a formulação de um discurso totalmente original. Diante disso, ao proferir um discurso é necessário recorrer a outros dizeres anteriores. Dessa forma, a noção de interdiscurso se tornou chave para a consolidação na AD na medida em que é pelo interdiscurso que ocorre a interpelação do sujeito pela ideologia.

Segundo Achard (1999), Pêcheux relata a questão do interdiscurso a partir do conceito de *memória discursiva*. Para ele, trata-se da existência de uma espécie de rede de significações que ressurgem a todo o momento para a construção de novos sentidos, confirmando a existência de continuidade discursiva. É partindo desse sentido que Orlandi (2002) entende o interdiscurso como um conjunto de formulações discursivas já ditas, mas esquecidas pelo sujeito, e retomado como um novo discurso:

[...] o interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos. Resta acentuar o fato de que este apagamento é necessário para que o sujeito se estabeleça um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos: eles não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem (ORLANDI, 2002, p. 54).

Conforme o dito por Orlandi acima, o interdiscurso, ou a memória discursiva, pode ser compreendido como o ponto de concomitância entre duas ou mais FDs, ou seja, o interdiscurso seria a ponte que estabelece a conexão dos discursos passados que retornam na forma do pré-construído com os novos discursos.

O pré-construído, em harmonia com a ideologia, é a característica de qualquer FD que nos dá impressão do efeito de um fato “já-conhecido”, de modo que o sujeito de que é produtor do seu discurso, julga que não está assujeitado, por achar que está assumindo posições pessoais, quando, no entanto, seu discurso está sendo atravessado ideologicamente por outras Formações Discursivas.

Dessa forma, o interdiscurso atua, por meio da memória discursiva, retomando sentidos ideologicamente determinados, já existentes. Associado a essa noção, encontramos, também, o intradiscurso que, por sua vez, representa a materialidade do interdiscurso pela forma de como os elementos do saber são organizados. Entendemos, portanto, como pré-construído o elemento produzido em outro discurso, mas de forma independente com a nova enunciação.

1.6 Silêncio e sentido

A autora Eni Orlandi foi a pesquisadora que introduziu a noção de silêncio na AD em sua obra *“Formas do silêncio”* (2007). Assim, é por meio desse estudo que buscamos entender a significação do silêncio no discurso. Orlandi nos apresenta uma nova interpretação para o silêncio no campo da linguística, ela o relaciona à história e à ideologia e desfaz seu sentido passivo e negativo. A autora retira-lhe o caráter de complemento da linguagem e o coloca em um plano de destaque por ter sentido próprio e independente da linguagem, além de atribuir-lhe a garantia do movimento dos sentidos, ao afirmar que “cruzam-se indistintamente no silêncio, movimento e relação incerta entre mudança e permanência” (Ibid. p. 12).

Inicialmente, a autora já traz a afirmação que *“no silêncio o sentido é”* (ORLANDI, 2007, p. 15), em outras palavras, essa afirmação quer nos dizer que o sentido do silêncio não pode ser definido, ou seja, não podemos traduzi-lo, já que uma vez colado em palavras, não há mais silêncio. O silêncio também não pode ser compreendido como mero complemento da linguagem, ele tem uma significação própria. E já que não sabemos o que nele se esconde, não podemos atribuir-lhe sentidos diferentes. Ainda segundo Orlandi:

o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, assim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007, p. 23).

Orlandi (2007) nos apresenta dois funcionamentos primordiais, são eles: i) o silêncio fundante, e ii) a política do silêncio. O primeiro, segundo as palavras da própria autora, é “o silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante, nunca se diz” (Ibid., p. 14); o segundo subdivide-se em tipos: a) silêncio constitutivo: que está diretamente relacionado ao fato de que todo dizer sempre traz consigo sentidos silenciados, isto é, dizer “X” implica, necessariamente em, não dizer “Y”; b) silêncio local: que se refere à censura, “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (Ibid., p. 24).

É importante frisar que não podemos analisar o sentido sem observar o funcionamento do silêncio, nem também podemos analisar o silêncio sem considerar sua relação com a linguagem, visto que ele só existe a partir da linguagem. Percebemos, então, que o silêncio fundante (ou fundador) é o espaço que, por meio do movimento dos sentidos, nos mostra que a incompletude é própria da linguagem, isto é, o silêncio fundante corresponde ao real da significação e antecede à linguagem, tal como concebe Orlandi (2007):

[...] a incompletude é fundamental no dizer. É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o “nada” se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta (Ibid., p. 49).

Para a autora, o silêncio é fundante porque é ele que permite a linguagem significar. Orlandi parte da hipótese de que o silêncio é a condição da produção de sentido, ou seja, ele surge como o espaço “diferencial” da significação. Outro ponto importante do silêncio fundante, apresentado por Orlandi, é que ele fica fora do que ela denomina “a política do silêncio”, pois nesse sentido já se encontra um silêncio para além de sua dimensão política.

Ainda segundo Orlandi, o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras. Por conta disso, não podemos dizer que “implícito” e “silêncio” são a mesma coisa, pois o implícito é um dizer dito com outras palavras, o silêncio, por sua vez, não está ligado ao verbal, e sim à significação. Entretanto, não podemos compreender o silêncio sem considerar a historicidade do texto e seus processos de construção de efeitos de sentido, visto que sua materialidade é diferente.

No silenciamento que há na política do silêncio, ao dizer, o sujeito estará, necessariamente, omitindo outros sentidos. O dizer, nessa conjuntura, estará afetado pelo lugar que em é produzido e pela posição do sujeito do discurso.

Como parte da política do silêncio, existe o silêncio local, que age na interdição do dizer, isto é, na censura – aquilo proibido em uma determinada conjuntura. O silêncio, portanto, acontece no espaço em que são estabelecidas as relações de resistência e luta, em um determinado discurso. Podemos, então, compreender o silêncio como intervalo semântico em que ocorre uma ruptura na ordem do discurso. Conforme afirma Orlandi (2007):

Em situações autoritárias e de censura, o sujeito não pode ocupar posições distintas, apenas o lugar que a ele é destinado, previamente, a fim de produzir os sentidos que são permitidos no espaço em que ele se encontra. Assim, a censura determina a identidade do sujeito, impondo-lhe um poder-dizer que o constitui socialmente. (Ibid., p. 81).

Para Orlandi, censura e resistência ocupa a mesma região de sentidos, pois com a interdição se produz a resistência que é também uma forma significativa de dizer. Quando estudamos a censura, devemos manter um olhar especial para a recusa de submeter-se a ela, para podermos entender o modo como as diferentes formas de silêncio trabalham os processos de produção de sentidos. Segundo Orlandi (2007), devemos

compreender a censura enquanto fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra que separa a esfera pública da privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito. (Ibid., p. 93)

Na relação entre a censura *versus* resistência, os processos parafrásticos (quando se diz ‘o mesmo’) e polissêmicos (quando se diz ‘o diferente’) têm bastante significação. Isso porque no contexto em que se vive um censura, diz-se *o mesmo* (o que é permitido) para significar *outra coisa* (o que é proibido), e *outra coisa* para significar *o mesmo* sentido.

Para a autora, poder e silêncio caminham juntos. Onde há opressor, há oprimido, e onde há oprimido, há o silêncio opressor. É, portanto, nesse embate que surge a resistência, como uma forma de oposição ao poder opressor. E a sociedade brasileira pôde vivenciar a produção dessa resistência durante os anos da ditadura militar no Brasil, a qual foi marcada pela censura, mas também pelo discurso de resistência.

Em tempos de um regime opressor, como foi a ditadura militar no Brasil, o ato de silenciar não representa uma aceitação, mas interdição. Não dizer e não retrucar, não pode ser confundido com apoio, como tido no ditado popular “*quem cala, consente*”. Pelo contrário, o silêncio, nesse sentido, apresenta-se como uma forma de resistência, mesmo que sem um confronto aparente.

É importante ressaltar a necessidade de observar os processos de produção de sentidos, em que tanto o que é dito quanto o que é silenciado foi construído. Essa observação é feita

com a análise do histórico e da interdiscursividade, pois, no silêncio, há tanto aspecto cultural, como determinações históricas e políticas que nele atua. Assim sendo, para compreendê-lo, faz necessário entender ambos os aspectos.

Podemos, portanto, concluir que o silêncio é considerado matéria significativa por excelência, pois a existência da linguagem implica obrigatoriamente a sua existência. Em outras palavras, o silêncio é o primeiro estágio e as palavras surgem como movimento em torno dele, tornando-se, portanto, parte do processo de significação, ou seja, do discurso.

1.7 Condições de Produção

Os conceitos introduzidos anteriormente foram fundamentais para entendermos a teoria de Condição de Produção, pois, como já salientado neste trabalho, para analisar um discurso é preciso observar tanto os efeitos de sentido que provocam, como as determinações históricas, já que a produção intelectual passar a ter efeitos de sentido no discurso, provocando mudança nas relações sociais em que são originadas.

Advinda da psicologia social, a noção de Condição de Produção (CP) foi incorporada à AD por Pêcheux, para “designar as representações imaginárias que os interactantes fazem de sua própria identidade.” (MAINGUENEAU, 1998 p. 30). Assim sendo, Pêcheux compreende CP como o estudo da ligação entre as “circunstancias” de um discurso e seu processo de produção. A partir dessa perspectiva, o contexto ou a situação atua como pano de fundo dos discursos e servirá como base sua compreensão. Conforme afirma Amaral:

As condições de produção de um discurso, pois, estão relacionadas à totalidade do processo sócio-histórico, um processo social em movimento que supõe indivíduos em relação com a cultura, a sociedade e a economia, tudo isso constitui o ‘contexto’ no qual o discurso foi produzido; é a representação da situação empírica no imaginário histórico-social, a “exterioridade constitutiva do discurso” (AMARAL, 2005. p. 35).

Nesse aspecto, as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Aí, surge a concepção de Orlandi (2002), que as CPs podem ser entendidas ainda

em dois sentidos: estrito e amplo. O primeiro aborda as circunstâncias da enunciação, isto é, são as condições imediatas – o contexto – que motivaram sua formulação. Já o segundo – o amplo – indica as relações de produção, trazendo em si a sua carga sócio-histórico-ideológica. É, portanto, no sentido amplo que se origina a memória discursiva na sociedade.

Por outro lado, Brandão (2004), esclarece que os estudos sobre CP possuem três origens distintas, a saber: a primeira vem da análise do conteúdo tal como é praticada, principalmente, na psicologia social. Já a segunda possui uma origem indireta da Sociolinguística, de modo que admite variáveis sociológicas como responsáveis pelas Condições de Produção do discurso. Por fim, de modo mais complexo, a terceira a autora utiliza o termo “*situação*” ao invés de Condições de Produção e correlaciona com “*discurso*”, afirmando que só fazem parte do discurso apenas as frases que são pronunciadas em sequência por um ou vários indivíduo inseridos em uma situação (BRANDÃO, 2004).

Como nosso trabalho está embasado na AD, seguiremos os estudos de Michel Pêcheux, o qual entende que em um discurso não há um sentido dado, único, mas, sim, vários sentidos que estão além das evidências. Dessa forma, torna-se fundamental compreender como os processos de produção de sentido se constituem, já que o sentido das palavras não pertence à própria palavra, pois está diretamente ligado às posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que o discurso foi produzido.

Em suma, a AD se utiliza das análises das Condições de Produção para que haja uma melhor compreensão da conjuntura sócio-histórica em que surgem os discursos, visto que para análise de um discurso é necessário saber as condições em que aquele discurso foi produzido. Por isso, antes de iniciarmos nossas análises, apresentaremos no capítulo seguinte o percurso traçado pelas mulheres em busca de igualdade de gênero e as lutas travadas no regime autoritário que o Brasil vivenciou.



**CAPÍTULO 2 – O PERCURSO DOS DISCURSOS
FEMININOS EM SERGIPE E A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA**

Após o estudo das principais categorias da AD, continuaremos nosso trabalho apresentando um panorama histórico do período de 1978 a 1988, em que foi delimitada nossa pesquisa, mas, antes, faz-se necessário também abordar a ditadura militar desde seu início. Não convém abordar aqui todo contexto político, econômico e cultural, mas, sim, os principais acontecimentos que envolveram a participação das mulheres e/ou contribuíram para suas lutas. Assim sendo, neste capítulo, apresentaremos um sucinto histórico das lutas femininas desde o início do golpe militar até a organização da campanha da anistia e seu desenrolar. Ressaltamos ainda que este capítulo é essencialmente histórico, de modo que deixaremos as análises para o terceiro capítulo.

2.1 Percursos dos discursos femininos na história de Sergipe

Embora as mulheres não estejam projetadas na linha de frente nas revoluções históricas, elas estiveram presentes em vários momentos das conquistas brasileiras. Em virtude dessas lutas, a mulher conquistou grandes mudanças em sua condição feminina e, conseqüentemente, provocou outras tantas transformações na sociedade, por meio da sua inserção nos campos social, político e econômico.

Para a sociedade do século XIX, e até meados do século XX, a mulher estava a serviço de seu aparelho reprodutivo, isto é, era vista como ser frágil, de pouca inteligência, tendo como único espaço e ocupação o lar e a família. Os fatores ideológicos sempre foram bastante fortes e presentes nas divisões de tarefas entre os sexos, na verdade, havia pré-conceitos depreciativos que reduziam as mulheres a serem inferiores em relação aos homens. Ao relatar sobre suas pesquisas a respeito da mulher, Schmidt (2006) assim descreve:

Tínhamos uma consciência bastante aguda da responsabilidade de tratarmos de questões que estavam diretamente ligadas à necessidade de transformações ampla e profunda no que dizia respeito aos códigos de valor de uma sociedade patriarcal e seus mecanismos de controle – nos campos jurídico, político e simbólico – os quais sempre definiram as condições, com ressalvas, limitações e restrições, quanto ao lugar, à atuação, aos direitos e à cidadania do ser humano definido como mulher (Ibid., p. 31- 32).

Convém lembrar que durante muito tempo, em se tratando de sua espacialidade, as mulheres ocupavam um espaço periférico, inclusive com a noção de inferioridade devido a sua aparência frágil e aspectos biológicos que influenciavam o estereótipo da sociedade, como menstruação, gravidez e menopausa. Seus corpos deviam ser resguardados para a maternidade, e em seguida, para assumirem, no interior de suas casas, seu papel de guardiã do lar, submissa aos interesses do homem. Desse modo, em virtude de sua submissão em diversos momentos históricos, o universo feminino foi preenchido de experiências particulares e emoções que permitiram a construção de sua subjetividade (CARVALHO, 2012).

Somente na passagem do século XIX para o século XX que começamos a encontrar registro da luta feminina em Sergipe, conforme discurso de Ítala da Silva de Oliveira no *Diário da manhã*, em 1916:

Figura 1 – Artigo de Ítala da Silva de Oliveira sobre o analfabetismo

contra o analfabetismo r
 Ha uma classe para a qual dirijo
 estas ultimas linhas, e da qual algu
 ma coisa temos a esperar, porque si
 ella quizer será capaz de muito.
 Em outros Estados da Federação,
 talvez que este elemento se movi-
 mente, e se allie á Liga brasileira
 contra o analfabetismo; no meu,
 porém, eu tenho duvidas.
 Este elemento do qual eu acabo de
 vos falar é o elemento feminino.
 Estou vendo-vos, leitor, a sorrir e a
 pôr de um lado este jornal.
 Não façais isto, porém, embora o
 vosso riso escarnecedor tenha razão
 de ser.
 Acostumaste-vos a ver na mulher
 um ente incapaz de qualquer iniciati-
 va util, a não ser quando esta iniciati-
 va traga qualquer fundo de religião e
 por isto assim fazeis, mas o vosso
 riso não me demove do meu intento,
 é tão inoffensivo como o que estaes
 lendo.
 Quereis ver como a mulher auxi-
 liar a Liga brasileira contra o anal-
 phabetismo?
 Nas povoações ou nas villas, pois é
 mais para as mulheres destes logares
 que eu me dirijo, onde ella vive des-
 perdçando a sua actividade, ella de-
 veria reunir o maior numero possível
 de creanças, e, durante horas certas,
 por dia, em pleno céu azul, trataria

Fonte: Acervo jornais de Sergipe⁷

⁷ Disponível em <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/>> Acesso em 20 jan. de 2017.

Há uma classe para qual me dirijo estas últimas linhas, e da qual alguma coisa temos a esperar, porque si ella quizer será capaz de muito. [...]
 Este elemento do qual acabo de vos falar é o elemento feminino.
 Estou vendo-vos, leitor a sorrir e a pôr de um lado este jornal. [...]
 Acostumaste-vos a ver na mulher um ente incapaz de qualquer iniciativa útil, a não ser quando esta iniciativa traga qualquer fundo de religião [...].
 Quereis ver como a mulher auxiliaria a Liga brasileira contra o analfabetismo?
 Nas povoações ou nas villas, pois é mais para as mulheres destes lugares que eu me dirijo, onde ella vive desperdiçando a sua atividade, ella deveria reunir o maior número possível de creanças, e, durante horas certas por dia, em pleno céu azul, trataria de dividir com estes miseres entes, [...].
 Si esta idéa que aqui exponho, fosse levada a efeito, [...] eu não só acreditaria, sinceramente, na extinção – porque vos não dizer? completa do analfabetismo no Brasil, como veria nisto o primeiro passo dado pela mulher brasileira para a sua emancipação (OLIVEIRA, 1916, p.2).

Nas palavras acima: [...] *veria nisto o primeiro passo dado pela mulher brasileira para a sua emancipação*, vemos que já no início do século a médica Ítala Silva de Oliveira discursava em favor da emancipação da mulher, enfatizando sua importância no desenvolvimento social do país. Entretanto, ao dizer: *Estou vendo-vos, leitor a sorrir e a pôr de um lado este jornal* nos revela que a sociedade, além de não aceitar, desacredita na capacidade feminina em contribuir para o fim do analfabetismo no país.

Na década de 1930, um grupo de mulheres sergipanas aliou-se ao movimento feminista nacional, almejando por um espaço sócio-político em que houvesse igualdade de direitos, vagas no mercado de trabalho, direito ao voto e à educação. A partir daí, o discurso apresentado por essas mulheres, principalmente na mídia impressa sergipana, inaugura nova postura, assim como também um novo momento social. Isso permitiu que o papel da mulher fosse aos poucos sendo aceito, para além do espaço doméstico ao qual estava submetida outrora, conforme podemos observar no segmento discursivo abaixo publicado no *Jornal do Povo*:

Um Estado é democrático na medida em que o povo coopera na administração. Só se pode chamar de verdadeiramente popular o governo cujo poder repousa no povo propriamente dito, quando é este o seu dirigente. Desse modo, não poderemos ter uma verdadeira democracia enquanto as mulheres não tiverem, tanto quanto os homens, parte ativa na administração do Estado. Elas constituem, pelo menos, a metade da população de qualquer país. Consequentemente, sua exclusão da vida política seria uma violência direta do princípio da democracia universal (ZUYEVA, 1946, p. 5).

A proposta apresentada pelo sujeito-autor é que não existirá democracia enquanto as mulheres não forem figuras atuantes na administração do Estado tanto quanto os homens, de modo que caracteriza como violenta a exclusão feminina da sociedade dita democrática, o que nos leva a inferir que já havia um desejo feminino em participar das questões sociais do Estado, embora sua participação não fosse permitida. Observa-se ainda que não encontramos mais artigos assinados por Tatyana Zuyeva e seu um sobrenome que não se trata de família conhecida no Estado. Em virtude da resistência da sociedade em relação à produção escrita das mulheres, a maioria tinha que buscar a proteção da família, ou de um parente escritor ou, no último caso, uma avaliação de um crítico para que assim tivesse a permissão para vir à cena pública. Por conta disso, muitas mulheres não assinavam seus nomes próprios, usavam pseudônimos, iniciais do nome ou até mesmo nomes masculinos para disfarçar sua autoria. Conforme afirmação de Carvalho (2011), em pesquisas sobre a produção feminina em Sergipe:

Observou-se que a maioria das autoras se ocultava em pseudônimos e omitia os sobrenomes, outras apenas apresentavam as letras iniciais do nome, talvez para preservar a imagem e proteger-se das pressões de uma sociedade avessa à presença feminina no espaço público. [...] Entrar no meio jornalístico e literário era uma atitude audaciosa, por mais competente e talentosa que fosse, por isso era constante a prática de pseudônimo, de pré-nomes ou de letras iniciais, como forma de proteger-se e a seus familiares da exposição pública e da crítica: IDA, ILION, ASA., Josita, Zulnamor, Ariana, Juvenil, Marise, Noemia. Entre as mais destemidas, destacam-se: Etelvina, Amália, Violeta Andrade, Amália Soares de Andrade, Otília Cardoso Barreto (CARVALHO, 2011. p. 2763-2764).

Ainda segundo Carvalho (2012), algumas sergipanas que ousavam enfrentar o preconceito social e teimavam em publicar seus discursos denunciavam os direitos que sempre lhes foram negados. Neles, encontram-se referências a suas lutas, reivindicações, participação em congressos nacionais, emissão de opiniões sobre a sociedade em que viviam, sobre a política local e nacional, críticas sutis ou mesmo abertas a pessoas da sociedade, a políticos, etc. Algumas delas se destacaram em atividades jornalísticas, escrevendo assuntos polêmicos, como a educação feminina, a necessidade de a mulher ocupar outras posições que não só a de mãe e esposa ampliando seu papel na sociedade, também, de investir em atividades políticas, educativas e em profissões liberais.

Mesmo diante das dificuldades e restrições, as mulheres continuaram na luta e, pouco a pouco, seus discursos foram se firmando e ganhando mais espaço na imprensa, ampliando

seu campo de atuação, ao ponto de algumas sergipanas conseguiram dividir cargos, antes somente ocupados por homens, em jornais tanto editados em Sergipe, como fora do estado. Mas, mesmo com o passar dos anos e das lutas femininas, havia determinações históricas das quais as mulheres não podiam fugir, e em pleno século XX, a sociedade insistia em taxar a mulher como sexo frágil e segundo sexo, isto é, um ser inferior ao masculino.

As relações entre homem e mulher foram alteradas de forma paulatina e, por consequência, também foi alterado o sistema familiar, em que a mulher passa a contribuir financeiramente no lar e tomar decisões em conjunto com o marido. E isso foi possível graças ao seu ingresso no mercado de trabalho e independência financeira. Passa, então, a assumir uma nova posição-sujeito e a cumprir um novo papel social, deixando de lado a passividade que a ideologia patriarcal lhe restringia e para um ser ativo na política e na economia do país. Logo, o ingresso da mulher no mercado de trabalho teve alteração não só no âmbito familiar, mas também no plano político-econômico.

A observação da luta e dos discursos femininos, ao longo da vigência da ideologia patriarcal, nos leva a refletir sobre como as relações sociais se organizavam. Ao se confrontar com novos períodos históricos, esses discursos buscaram criar uma nova imagem da mulher, embora continuassem presos ao já existente, pois sempre ligavam a mulher ao ambiente doméstico. Neste contexto Carvalho (2012) diz que:

Sem dúvida, a construção discursiva da imagem feminina da época foi o fator maior de uma hierarquia de interesses e ordenamentos tidos como os únicos possíveis, e por isso, elementos positivadores do patriarcalismo. O fato é que a mulher, em certos aspectos, era o agente maior do patriarcalismo, porque, reduzida ao desconhecimento das coisas da vida e do mundo e submissa à condição imposta pela família e pela religião [...] (Ibid., p. 99).

No tocante a essa dominação do patriarcalismo, a ex-presa política, Laura Maria Ribeiro Marques⁸, ao relembrar sua infância, confirma que a sociedade sergipana por muito tempo restringia a mulher ao lar:

⁸ Laura Maria Ribeiro Marques fez parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e atuou clandestinamente, no início da Ditadura Militar. Como militante desse partido foi presa e torturada. Atuou na luta pela anistia junto com outras mulheres, participou do movimento feminino e no Conselho da Condição Feminina.

a nossa sociedade foi machista por muito tempo, então a mulher foi criada para tomar conta de casa. Sua tarefa principal era essa. Antes mesmo como forma de estudo predominavam as habilidades manuais para ser uma boa dona de casa. Ela podia até ter uma noção de letras, mas não que fosse para se inserir no mercado de trabalho, de um modo geral. Eu poderia até dividir: a mulher trabalhadora e a mulher que estudou, que conseguiu um curso superior e uma profissão de nível superior. Quanto à trabalhadora pode ter se inserido até por uma questão de ajudar nas despesas em casa, mas sempre numa posição de desigualdade em relação ao homem em termos de salários e de trabalho (MARQUES, 2011, p. 47).

Conforme relato, durante muito tempo, o imaginário social a respeito da condição da mulher na sociedade limitava-a ao casamento e a algumas profissões específicas. Aos poucos, mas com muitas lutas, essa condição feminina foi sendo rediscutida e, nas últimas décadas do século XX, a mulher foi se inserindo em setores ocupados unicamente por homens e aumentando cada vez mais seu campo de atuação e suas expectativas.

Acompanhando o processo de industrialização e influenciada pelo movimento feminista internacional, a partir dos anos 1930, a mulher brasileira passou a confrontar a tradição patriarcal e machista da sociedade com as novas questões femininas, ou seja, um confronto entre a visão arcaica da mulher feita para o lar com as novas condições e direitos igualitários e cidadania plena. E é justamente quando o Brasil vivia em um regime autoritário, entre a segunda metade da década de 1960 e início da década de 1980, que as mulheres passaram a lutar cada vez mais por seus direitos e igualdade entre os sexos.

A professora Iara de Assis⁹, que também lutou contra o regime militar, declara, também em entrevista, que durante muito tempo a mulher foi colocada para segundo plano na sociedade que privilegiava os direitos masculinos e ignorava os interesses femininos. Segundo Assis:

Toda vida foi assim. [...] A vida toda, nós fomos renegadas, pois para trabalhar sempre ganhamos menos que os homens, [...] Depois que as mulheres foram aparecendo, a partir do momento em que começamos a lutar, a brigar [...] aos poucos as coisas estão mudando, hoje eu sinto que minhas filhas já têm um descortino muito diferente que o meu, elas tendem a se preparar ainda mais (ASSIS, 2011, p. 97).

⁹ Iara Viana de Assis, paulistana, atuou na Campanha da Anistia e no Conselho de Mulheres em Aracaju.

Observa-se, no discurso de Iara, a confirmação que a sociedade patriarcal reservava um espaço subalterno para as mulheres. Ao afirmar: *a vida toda, nós fomos renegadas*, o sujeito do discurso, assume que as mulheres eram menosprezadas e com pouco valor social. Nesta citação, percebe-se, ainda, que por meio de lutas e atitudes de algumas mulheres que conseguiram romper com esse estereótipo, pois ao longo da luta por sua emancipação, a imagem de ser responsável unicamente pelo lar e da educação dos filhos, que a sociedade fazia das mulheres, foi se modificando e elas conquistaram direitos e assumiram posições que, até então, lhes eram negadas, como o direito ao voto, ampliação no mercado de trabalho e participação na política.

2.2 A revolução de 1964 – a abertura do golpe militar

Ao longo da história do Brasil, ainda que de forma um tanto incipiente, podemos perceber a recorrência da luta da resistência das mulheres. E durante o golpe militar de 1964 as mulheres também foram protagonistas, atuando na militância contra o regime autoritário e sendo peça fundamental para a redemocratização do país.

Quando João Goulart assumiu a presidência, o país enfrentava uma intensa crise econômica e política. Por ser reformista e pregar a Reforma de Base no governo, ele era tido como “comunista”. Dessa forma, o golpe de 1964 não foi apenas uma revolta dos militares, ele envolveu um conjunto de diversos setores sociais, civis e militares anticomunista que conspiravam contra o Presidente João Goulart e contra seu discurso trabalhista.

Já em 1963, começava-se a sentir que o governo Jango¹⁰ estava desnorteado, devido à pressão feita tanto pela direita, quanto pela esquerda, de modo que o presidente sentiu que suas margens de manobras estavam diminuindo, pois antes mesmo do seu último projeto de reforma agrária não ter sido aprovado pelo Congresso, em setembro de 1963, observava-se o início da crise político-militar que desgastaria o governo nos anos seguintes.

Existia, por parte da imprensa, uma divergência sobre a figura de Jango, e os jornais foram grandes aliados na conspiração no final de 1963, os quais se começaram a se articular na denominada “Rede da Democracia” que fazia da imprensa mais do que simples porta-voz.

¹⁰ Nome popular como era conhecido o Presidente João Goulart

O único jornal que continuava fiel ao reformismo e trabalhismo era o *Última Hora*, do Rio de Janeiro.

Em 13 de setembro de 1963, o *Jornal do Brasil* foi o primeiro a publicar um editorial contra o governo, o qual trazia no título a palavra de ordem usada para derrubada de João Goulart meses depois: “Basta”

Figura 2: Jornal do Brasil - Basta



Fonte: Hemeroteca digital brasileira¹¹

Antes que cheguem à Revolução, digamos um BASTA! Digamos enquanto estiverem organizadas, coesas e disciplinadas Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA! Chegou o momento – e agora mais do antes com a revolta dos sargentos... – de pôr termo no seio do próprio governo à existência de duas políticas: uma legal, sem eficiência e resultado administrativo democrático, e outra ilegal, visivelmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores – CGT [...]. Registamos o óbito da falsa política de conciliação de classes por sortilégios e bruxarias do presidente da República [...] a paciência nacional tem limites. Ela saberá preservar sempre, nos momentos oportunos e pelos meios constitucionais a Ordem. A bandeira da legalidade hoje, se confunde com a bandeira da Ordem. Com nenhuma outra, fique isso bem claro. Os que estão se solidarizando hoje com os sublevados em Brasília estão do outro lado da barricada (JORNAL DO BRASIL, 1963, p.6).

Em um discurso de total apoio ao golpe militar, o editorial do *Jornal do Brasil* faz um alerta aos apoiadores do presidente João Goulart: *Os que estão se solidarizando hoje com os sublevados em Brasília estão do outro lado da barricada*. No entanto, seus discursos estavam

¹¹ Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=60-69&Pesq=Anistia> > Acesso em 11 set de 2016.

Na imagem acima, temos a capa do jornal *Gazeta de Sergipe*. À esquerda, a imagem de governador João de Seixas Dória, associada à informação que ele se encontrava em Salvador, em atendimento com as Forças Armadas, à direita a foto do vice-governador, Sebasião Celso de Carvalho, vinculado à informação que a partir daquela data ele assumiria o Governo interinamente. Neste episódio, relatado no jornal, o governador Seixas Dória, estava no Rio de Janeiro, ao retornar para Aracaju, em primeiro de abril, leu um “*Manifesto aos Sergipanos*”, transmitido pela Rádio Difusora de Sergipe, reafirmando ser favorável à defesa dos mandatos eletivos e do prosseguimento na luta e pela preservação das reformas de bases:

Sergipanos: O governo do Estado de Sergipe, fiel aos seus princípios, à sua linha de conduta, à sua vocação popular, e ao seu passado, a todos os seus pronunciamentos feitos em todas as tribunas de todas as praças públicas deste país, afirma e reafirma, nesta hora grave e difícil da nacionalidade, seu inquebrantável e intransigente propósito de defender a legalidade e as instituições democráticas, bem como o de lutar pelo respeito e resguardo de todos os mandatos populares, sem exceção de nenhum deles [...] (FRANCISCO, 2010).

Horas depois desse pronunciamento, as tropas do exército invadiram o Palácio do Governador e prendeu Seixas Dória que foi levado para o quartel de Salvador, ao passo que seu vice, Celso de Carvalho, assumiu o governo do estado interinamente. Após ser interrogado em Salvador, Seixas Dória foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha onde permaneceu preso por 117 dias juntamente com governador de Pernambuco, Miguel Arraes, também deposto pelo militares.

Os primeiros anos da ditadura no Brasil foram marcados pela instauração de uma estrutura de vigilância e repressão para obter informações e prender os líderes sindicais e pessoas consideradas comunistas, dentro da ótica do regime, além da decretação de vários Atos Institucionais arbitrários (ARAÚJO, 2013).

O primeiro Ato Institucional foi decretado em 9 de abril de 1964. Como não sabia que existiriam outros Atos normativos, este primeiro não teve número, e só com a edição do segundo Ato, ele ficou conhecido como AI-1. Com ele, iniciavam-se as cassações de mandatos de parlamentares e a suspensão dos direitos políticos dos opositores da Tutela Militar.

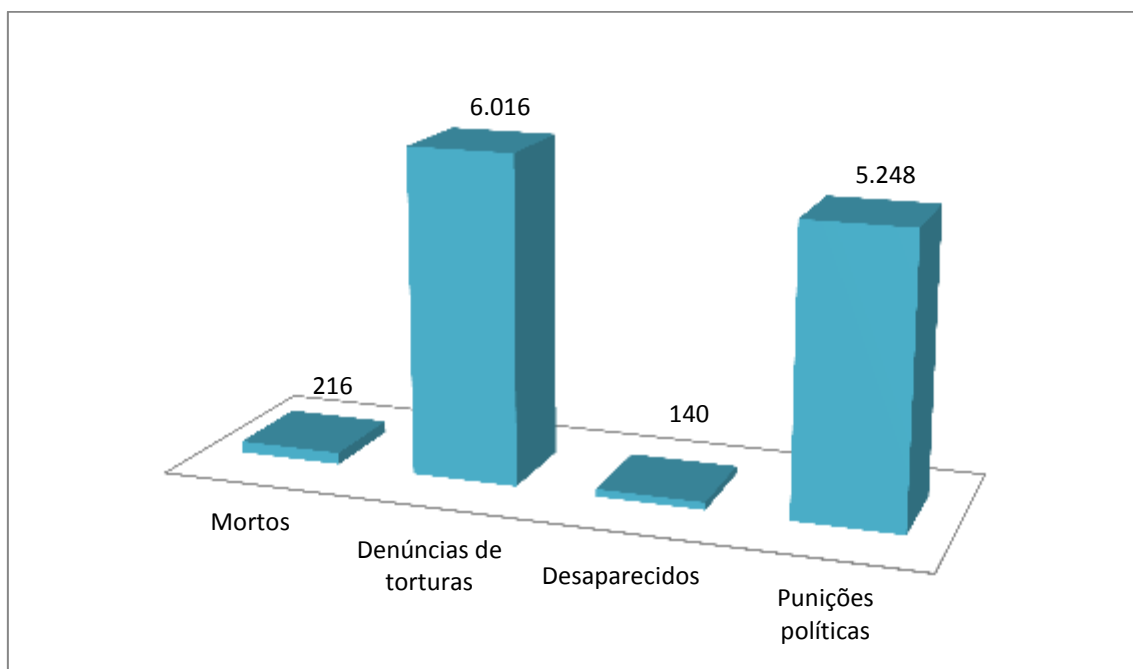
Em depoimento, a cineasta Lúcia Murat, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do Rio de Janeiro, presa e torturada durante a ditadura, relata a opressão dos militares e a vivência social neste período:

A ditadura não foi apenas assassina torturadora, como efetivamente foi, e como eu experimentei na carne, era também uma vivência zero, entendeu? Você não tinha nenhuma possibilidade de uma experiência cultural, nenhuma possibilidade de discussão. Os caminhos naquele momento foram ou resistência, ou a depressão, ou droga (MURAT, 2014, 40s).

A partir desse discurso, percebemos que nesse período ditatorial, a sociedade criou dois imaginários: (i) um é representado pela truculência da ditadura, os chamados *anos de chumbo*; (ii) o outro, pela lembrança da resistência, da luta pela democracia e da reestruturação da cidadania.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, cerca de 11.620 pessoas, entre homens e mulheres, sofreram algum tipo de repressão entre os anos de 1964 a 1985, dentre elas 216 mortos e 140 desaparecidos, sendo que a maioria desses atos ocorreram após o AI-5, editado em 1965, quando o regime ficou mais rígido e decidiu eliminar as organizações de esquerda na luta armada. Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Números de punições na Ditadura Militar



Fonte: *Folha de São Paulo*: tudo sobre a ditadura militar¹³.

Dentre esses números, a *Folha de São Paulo* também informa que, no tocante ao gênero feminino, foram mortas 23 mulheres por conta do regime militar e 15 desaparecidas, que equivale a um percentual de 10,6% e 10,7% dos mortos e desaparecidos, respectivamente. Vale a pena ressaltar que os militares nunca assumiram a prática de tortura, entretanto, mais de 6 mil sobreviventes da prisão denunciaram casos de torturas e delataram nomes de centenas de torturadores.

Ibarê Dantas (2014), historiador sergipano, também aborda, em sua obra *A tutela militar*, a questão das agressões nas detenções incluindo tormentos físicos e psicológicos inclusive às mulheres, mas afirma que, apesar das denúncias de maus tratos também por sergipanos, as brutalidades ocorridas em Sergipe são inferiores comparadas as dos outros estados brasileiros.

Mesmo diante do autoritarismo, o regime evitava desencadear uma repressão generalizada e maquiava por meio da imprensa, até a publicação do AI-5, uma “certa liberdade de expressão”. Entretanto, essa ideia de que existia uma relativa liberdade de expressão entre 1964 a 1968 se deu porque, nos quatros primeiros anos da ditadura militar,

¹³ Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-ditadura.html> . Acesso em 14 de julho de 2016.

existiam uma “repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista” (NAPOLITANO, 2014, p. 71), isto é, apoiadas pela imprensa e pelos partidos conservadores, a ordem primeira era blindar o Estado.

Embora o governo de Castelo Branco tenha ficado conhecido como o maior representante da “ditabranda”, ele foi o maior construtor institucional do regime autoritário. Nele foram publicados 4 Atos Institucionais, a Lei da Imprensa, cassações políticas, fim da eleição direta para presidente e a nova Constituição que selava o princípio de segurança nacional e norteava a vida dos brasileiros.

Desde a implantação do golpe, e especialmente no final da década de 1968, a resistência à ditadura foi um marco desse período. Iniciado pelo movimento estudantil e aderido por outros setores da sociedade, manifestantes iam às ruas, ou se organizavam de forma clandestina para protestar contra o regime ditatorial. Entretanto, eles foram fortemente reprimidos, com prisões, cassações dos direitos políticos e processos judiciais, de modo que muitos buscaram exílio político em outros países.

Os militantes que insistiram em ficar no Brasil, quase todos, tornaram-se clandestinos e abandonaram suas casas, nomes, famílias, emprego e profissões, pois essa era a única possibilidade de prosseguir na luta de resistência.

2.3 Resistência e endurecimento do Regime Militar

Durante muito tempo, o meio midiático mais influente foi o jornal impresso, pois ele alcançava todas as classes sociais, pela facilidade de aquisição, pelo preço, etc, naquela época ele era um elemento formador de opinião e um propagador de ideologias. Para tanto, esta também foi a via encontrada pelos governantes para disseminar suas ações e se promover na sociedade. Entretanto, a imprensa também foi muito utilizada pelos opositores do governo para denunciar as opressões feitas pela situação.

Por conta disso, durante o regime ditatorial, uma das primeiras providências adotadas pelo governo foi controlar, por meio de censura, os meios de comunicação. No Brasil, temos dois momentos dessa censura midiática: a primeira no Estado Novo, entre 1937 a 1945, sobre o comando de Getúlio Vargas, em que a imprensa passou a ter um caráter nacionalista, isto é,

a voz do Estado foi ampliada, enquanto a voz da população era cada vez mais silenciada; e, posteriormente, entre 1964 a 1985, durante o regime militar (FERREIRA; DELGADO, 2007).

Conforme dito anteriormente, segundo Dantas (2014), esses primeiros dias do golpe foram marcados por prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas e operários. Dessa forma, os militantes estudantis e de movimentos eram perseguidos e ameaçados de prisão e tortura. Em Sergipe, seguindo as mesmas diretrizes nacional, ainda no mês de abril de 64, foram extintos os movimentos de cultura e de educação popular. Essa medida adotada pelos oficiais foi justificada como forma de impedir qualquer “agitação social”.

No tocante à imprensa sergipana, Dantas (2014), nos revela que o jornal *Gazeta de Sergipe* era estritamente submetido à censura, a ponto de sofrer um atentado em 13 de setembro de 1969, em que puseram fogo e destruíram toda a clicheira do jornal, já o *Sergipe Jornal* evitava fazer críticas políticas. Em relação aos periódicos, a *Revista Perspectiva* se limitou a apenas duas edições, enquanto a *Revista Alvorada*, mesmo mantendo maior regularidade, não defendia nenhuma orientação política. Portanto, era a imprensa do sudeste que sustentava uma maior cobertura sobre a situação política do país, sobretudo o *Correio da Manhã*, o *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*.

Dentre as organizações mais atuantes contra a ditadura que tiveram participação efetiva da classe feminina, receberam destaque: o Movimento Estudantil (ME), Ação Popular (AP), a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e os debates comunistas do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Neste período de autoritarismo, os opositores do regime enfrentaram um regime que não poupava meios de impor sua ideologia por meios de prisões arbitrárias, sequestros, assassinatos, torturas, censura, entre outros. Logo, a clandestinidade e/ou exílio foram os únicos meios encontrados por vários militantes políticos. Os que “caíam”¹⁴ eram submetidos a longos interrogatórios e pressão psicológica, em alguns casos, até torturas físicas, como meio de desestabilizar fisicamente e emocionalmente o preso político.

O início do ano de 1968 foi marcado pela morte do estudante Edson Luís, em 30 de março, morto pela polícia, no Rio de Janeiro. Este episódio desencadeou uma onda de protesto contra a ditadura, iniciada pela Passeata dos Cem mil, ilustrada abaixo:

¹⁴ Expressão utilizada para os militantes que eram presos

Figura 4: Passeata dos Cem mil em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro.



Fonte: Memorial da Democracia: 1964-1985 – 21 anos de resistência e luta.¹⁵

Por conta da morte de Edson Luiz, e em comunhão com protestos que estavam acontecendo no país, os estudantes sergipanos, entre eles as jovens Ana Maria dos Santos, de Serviço Social e Maria Evande Gomes, de Filosofia, resolveram expedir um “Comunicado ao Povo Sergipano¹⁶”, publicado em 31 de março de 1968, no jornal *Gazeta de Sergipe*, em que reprovavam a ação dos militares e convocavam a sociedade sergipana para uma passeata (DANTAS, 2014).

Entretanto, o anúncio dessa passeata não foi bem recebido pelas autoridades estaduais e por alguns membros da sociedade que apoiavam a ditadura, a ponto de o jornal “*Diário de Aracaju*, sempre muito afinado com as autoridades militares, publicar um editorial contra a manifestação, ao tempo em que pedia a todos que colaborassem com os esforços das autoridades” (DANTAS, 2014, p. 139). Os auxiliares do governo tentaram diversos meios para impedir a realização da passeata, provocando suspensão das aulas em todas as instituições de ensino, notas da Secretaria de Educação e Cultura que aconselhavam aos pais a

¹⁵ Disponível em <<http://www.memorialdademocracia.com.br/timeline/21-anos-de-resistencia-e-luta#>> Acesso em: 18 ago. 2016.

¹⁶ Não foi possível ter acesso ao Comunicado porque nos arquivos do Jornal *Gazeta de Sergipe*, no ano de 1968, não consta nenhum jornal entre os meses de março a maio.

proibirem que seus filhos participassem da passeata, além de boatos que agitadores de outros estados participariam do protesto, a fim de impor medo aos possíveis participantes e justificar a presença dos policiais no ato.

Mesmo com todas as ameaças de repressão por parte das autoridades estaduais, os estudantes compareçam à passeata e, de mãos dadas e forma pacífica, seguiram pelas ruas do centro de Aracaju. Não houve, portanto, registro de prisões ou confronto com a polícia, ao contrário do que aconteceu em outros os estados. No dia seguinte, os jornais sergipanos elogiaram a serenidade dos jovens enquanto os parlamentares se dividam em crítica ao evento e o repúdio à atitude dos militares (DANTAS, 2014).

Em dezembro de 1968, o presidente-general Costa e Silva editou o quinto Ato Institucional (AI-5), fechando todos os parlamentos por tempo indeterminado, suspendendo *habeas corpus* para crimes políticos e proibindo a realização de qualquer tipo de reunião, foi o chamado “golpe dentro do golpe”, isto é, um “endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exército do poder fora dos marcos do Estado de direito” (REZENDE, 2013).

Com a promulgação deste Ato, intensificou-se ainda mais a repressão aos opositores da ditadura. Nesse período, muitos líderes estudantis e partidários foram mortos, torturados e perseguidos, de modo que a Folha de São Paulo afirma que no final da década e 60 e início da década de 70 foram registrados maior número dos crimes cometidos pelos militares¹⁷. Entretanto, por conta da intensa censura, os jornais tradicionais não comentavam essas práticas dos militares, de modo que apenas os jornais clandestinos se arriscavam em denunciar as prisões e torturas a que os militantes eram submetidos, conforme verificamos no recorte abaixo do jornal *O Movimento*, que circulou entre os anos de 1975 a 1981:

¹⁷ Folha de São Paulo: Tudo sobre o golpe Disponível em < <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/index.html>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Figura 5: Práticas de tortura no golpe militar, em 05 de abril de 1979



Fonte: Núcleo de pesquisa em Ciência da Comunicação¹⁸

A imagem acima, refere-se a uma encenação que denunciava o tipo mais comum de tortura na ditadura, denominado de “Pau-de-arara”. Não se sabe ao certo a origem deste nome, mas de acordo com as fotografias, podemos assimilar a estrutura da base, em que os presos eram amarrados, à base que os passaros ficavam e sabendo que a arara é uma ave típica do Brasil podemos, então compreender o porquê o título *Tortura à brasileira*. O período entre 69 e os primeiros anos da década de 70 foi considerado *anos de chumbo*. Foi um período em que a ditadura havia silenciado os movimentos sindicais e estudantis, que, sem enxegaram outra possibilidade, optaram pela luta armada para enfrentar o regime. Nesse período, surgiram, então, inúmeras tentativas de guerrilhas urbanas e rural no país, como o caso do Araguaia.

Diante de tanta repressão aos militantes, restava apenas a clandestinidade e a adesão à luta armada, em que se promoviam sequestros, saques a banco, com o fim de sobrevivência e financiamento da elaboração de guerrilhas. Conforme descrito por Lúcia Murat, militante política da MR-8:

¹⁸Disponível em <<http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/movimento-n%2b0-40/>> Acesso em: 19 ago. 2016.

90% das pessoas que participavam do movimento estudantil, naquele momento, no final de 68, quando a gente sabia que ia haver o AI-5, quando a gente sabia que a ditadura ia dar o chamado “Golpe dentro do golpe”, a opção era a luta armada. A partir daí, quando você queria levantar recursos num assalto a banco pra poder desenvolver o trabalho na classe operária, fazer panfleto, fazer jornal, fazer um trabalho político, digamos assim, isso cada vez vai ficando mais impossível, porque cada vez você necessita de mais dinheiro pra poder ficar na clandestinidade, é cada vez é pior (MURAT, 2014, 4min42s).

Entretanto, devido ao despreparo dos militantes e à dura repressão bem organizada do regime, a luta armada foi cada vez mais sendo enfraquecida. Os militares, por sua vez, agiam com violentas repressões desarticulando as organizações através de novas prisões. Mas a luta pela redemocratização do Brasil manteve-se forte e continuou até o início dos anos 80. Nesse momento, segundo Dantas (2014), a participação dos grupos de esquerda sergipanos foi bastante discreta, em comparação com os movimentos nacionais, pois, sendo a maioria do Partido Comunista Brasileiro (PCB), não optaram pela luta armada.

Ainda em 68, aconteceu o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizado de forma clandestina em um sítio na cidade de Ibiúna/SP. Mas antes de iniciar o congresso, a polícia invadiu o evento e prendeu quase 1000 (mil) jovens. Todos foram fichados pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, e os líderes estudantis mais conhecidos permaneceram na prisão até serem liberados em negociação, no caso do sequestro do embaixador americano em 1969.

Dentre os presos nesse congresso estavam os sergipanos Wellington Manguiera e sua companheira Laura. A sergipana afirma, em entrevistas, que o ano de 1968 foi de grande agitação e euforia, especialmente para o movimento estudantil:

1968 foi aquele ano agitado, que houve o congresso da UNE e nós fomos representar a nossa Faculdade [...] o famoso congresso que foi realizado em Ibiúna e que foram presos os participantes; ano da morte de Edson Luis e finalmente foi sem dúvida o ano da efervescência do Movimento Estudantil (MARQUES, 2011, p. 31).

Laura confirma ainda que foi um ano extremamente difícil em virtude do AI-5. Após serem soltos, eles decidiram estudar Ciências Sociais em Moscou, mas ao retornarem para o Brasil, mais uma vez foram presos e torturados. Com ajuda de amigos conseguiram sair da prisão e viveram na clandestinidade até a implantação da lei da anistia. Além do mais, 1968

foi o ano da implantação da Universidade Federal de Sergipe e a criação de diretórios estudantis favorecia a organização dos estudantes.

O AI-5 expirou no último dia do ano de 78. Logo, no ano de 1979, o país regressava ao Estado de Direito, mesmo que de forma lenta e precária, pois ainda era regido pela Constituição de 1967.

2.4 Trajetória do Movimento Feminino pela Anistia

Ainda em 1968, mesmo que de forma moderada, já se falava em anistia, mas naquele momento os opositores se concentraram mais na luta armada, e só depois da derrota das guerrilhas que a luta pela anistia começou a ganhar força na esquerda brasileira.

Mas foi com o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), em 1975, que a campanha da anistia entrou efetivamente na história política do Brasil. Liderado por Therezinha Zerbine, esposa de um militar e que também foi presa política, o MFPA defendia a anistia como “reconciliação da família brasileira” e se baseava em mais duas questões: i) na tradição nacional em conceber anistias; e ii) no papel das mulheres na construção da paz. Conforme depoimento de Jessie Jane Vieira De Sousa¹⁹:

Naquele ano de 1975 nos chegavam notícias de São Paulo sobre um grupo de mulheres, quase todas mães, esposas ou irmãs de atingidos pela ditadura, que, se organizando para atuar nas brechas que o regime abria, fundava o Movimento Feminino pela Anistia, tendo como meta abarcar aqueles atingidos pelos chamados atos de exceção. Era um movimento voltado particularmente para o exílio e para aqueles que, de uma forma ou de outra, tivessem sido expulsos das Forças Armadas ou dos seus postos de trabalho. Tratava-se de reintegrar centenas de cidadãos ilustres ao processo político nacional (PAYNE, 2011, p.199).

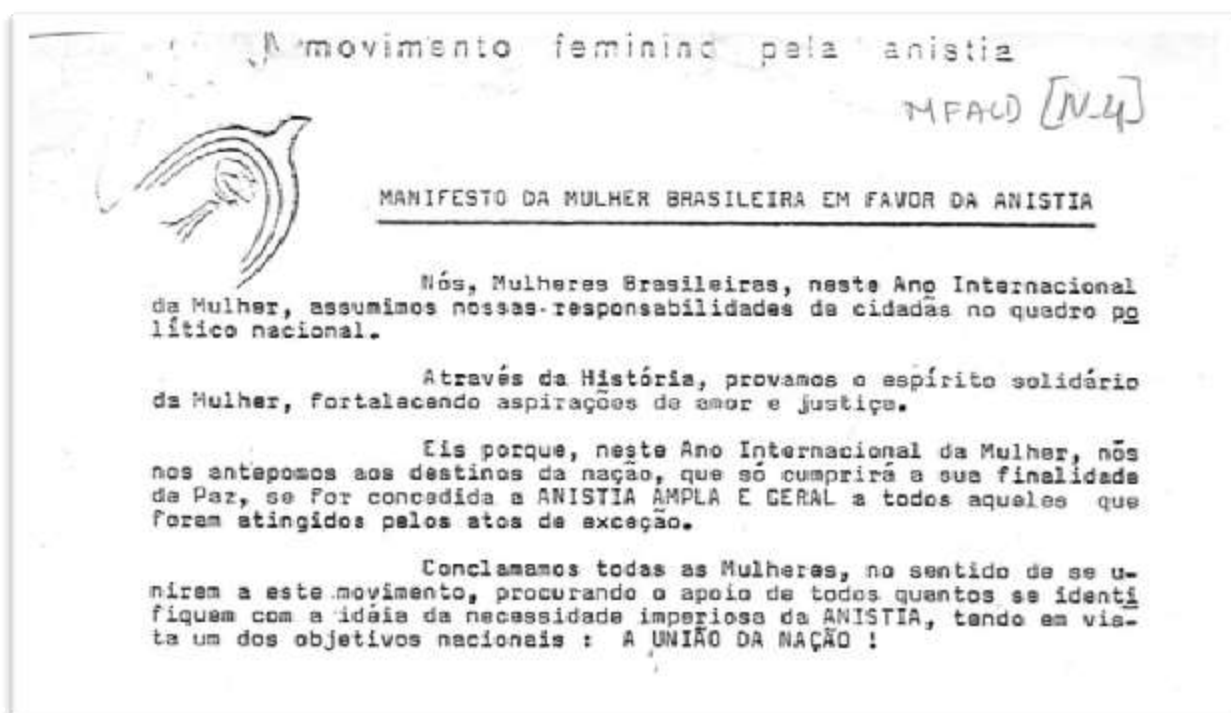
Os familiares dos militantes que sofreram alguma repressão foram as primeiras vozes a denunciar os abusos cometidos pelos militares contra os opositores do regime. Essas

¹⁹ Jessie Jane Vieira De Souza, Militante da ALN/RJ. Foi presa em 1970, e levada o presídio Talavera Bruce, em Bangu, onde permaneceu por 9 anos. Em 1976, engravidou e teve sua filha na prisão. Jessie Jane alega tortura durante o parto no hospital. Jessie foi libertada em 9 de fevereiro de 1979, beneficiada pela Lei da Anistia.

denúncias iniciaram ainda na década de 1970 e, ao longo da história, também se tornaram protagonistas na campanha da anistia e em defesa dos direitos humanos no país.

Vale a pena ressaltar que o discurso do MFPA se valia do discurso patriarcal para se fortalecer nas lutas, de modo que pregavam que a mulher era a responsável pela união e harmonia no lar e que precisavam levar esses valores também para a sociedade e a política, conforme afirmava o manifesto de lançamento do MFPA:

Figura 6: Manifesto do Movimento Feminino Pela Anistia, em março de 1975



Fonte: Memorial da Anistia: Movimento Feminino Pela Anistia²⁰

O MFPA foi fundado em 1975, por Therezinha Zerbini²¹, e para atingir seus objetivos e apoio de todos os setores sociais, utilizaram estratégias discursivas que agradassem a sociedade em geral, afirmando que as mulheres tomariam a frente dessa luta, pois assumiriam a “responsabilidade” de restabelecer a união nacional. Ao afirmar que “através da história,

²⁰ Disponível em <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM>> Acesso em: 13 set. 2016

²¹ Therezinha de Godoy Zerbini foi uma assistente social, advogada e ativista de direitos humanos brasileira, casada com o general Euryale de Jesus Zerbini que teve seus direitos políticos cassados e foi reformado, por ser contra ao golpe. Foi presa em sua casa, no dia 11 de fevereiro de 1970 e ficou na prisão por oito meses. Em 1975, criou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), unido à luta pela redemocratização do Brasil. Morreu em 14 de março de 2015, em São Paulo.

provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça” Therezinha Zerbini recorre a condição imposta pelo regime patriarcal às mulheres, de serem responsáveis por gerar amor e união na família e as convida a lutar em favor da anistia, a fim de exercerem seu papel na sociedade.

No final da década de 70, a sociedade sergipana começa a se organizar na luta pela anistia e, com ela, vinham também outras reivindicações que marcavam o ritmo das mobilizações dos estudantes, das mulheres e de outros setores da sociedade. Essa mobilização social gerou a criação e a união de vários comitês em prol da anistia, a exemplo do Comitê 1º de Maio pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e o Comitê Feminino pela Anistia, precursores dessa importante luta. Esses movimentos eram compostos por pessoas das mais variadas classes sociais e atuavam realizando passeatas, atos públicos, cartazes e, sobretudo, uma ampla campanha na “imprensa alternativa” (DANTAS, 2014).

Em fevereiro de 1976, o general Adyr Fiúza de Castro, ordenou a prisão de vários militantes do PCB, denominada Operação Cajueiro, que se caracterizou por suas prisões arbitrárias e excesso de tortura. O objetivo dessa operação era investigar a relação dessas pessoas com o partido comunista. O processo de libertação dos presos contou com a participação das mulheres que contribuiu para o fortalecimento Movimento Feminino pela Anistia no Estado.

Em Sergipe, muitas mulheres participaram das militâncias políticas e estudantis, e ganharam destaque nas lutas pela reforma de base, na oposição à ditadura, e, de forma especial, na luta em prol da anistia, além de sempre terem mobilizado rebates e propagado discursos em favor da emancipação da mulher na sociedade. Entre elas, destacamos a participação de: Laura Maria Ribeiro Marques, militante do PCB, Zelita Rodrigues Correia, atuou no movimento da JUC (Juventude Universitária Católica) e na AP (Ação Popular); Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, militante no movimento da JUC e na AP; Iara Viana de Assis, ex-coordenadora do Comitê Feminino Sergipano; e Tânia Soares, militante do PCdoB.

Zelita Correia²² destaca ainda que a campanha da Anistia em Sergipe começou por Núbia Marques e Giselda que participaram de congresso na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em São Paulo, e regressam para Aracaju começaram a convidar outros militantes e organizar a campanha em Sergipe.

²² Advogada sergipana, uma das primeiras mulheres presas em Sergipe, em 13 de maio de 1964 em virtude do ser militante dos movimentos AP e JUC.

Em entrevistas realizadas pelo historiador José Vieira da Cruz, em 2011, encontramos relatos que revelam como as mulheres sergipanas atuaram nos movimentos estudantis, contra a ditadura militar, em favor da campanha da anistia e as conquistas obtidas por elas. Segundo Laura Marques, o movimento em prol da Anistia iniciou em 78 e juntamente com esse movimento, iniciaram-se também as lutas das mulheres:

O movimento da mulher apesar de estar ainda na ditadura começou, se eu não me engano no governo de Figueiredo, ali já começavam os movimentos, ou seja, a reivindicação para direito de mulheres e a nível nacional estavam aparecendo algumas organizações de entidades de mulheres, se eu não me engano tinha o Centro Brasileiro da Mulher, tinha a Federação das Mulheres e tinham outros que agora eu não me lembro e isso repercutia aqui em Aracaju. [...] Então Aracaju sempre de oposição e nós começamos através da mulher de Brane que por orientação de lá, já que ela era militante do MR8 começou a trabalhar aqui no Movimento de Mulheres, daí começou a chamar as pessoas para fazer seminários, congressos e as coisas foram crescendo. Nesse momento incorporou Núbia Marques, Tânia Soares, esta era muito juvenzinha mais era atuante, também aquela... Leila, a esposa de Rosalvo Alexandre, Lílían Vanderlei, eu [...] (MARQUES, 2011, p. 40).

Os discursos das entrevistadas nos revelam ainda que as mulheres precisaram tomar a frente da revolução, porque muitos homens já estavam presos, exilados ou vivendo de forma clandestina. Portanto, coube às mulheres se organizarem e continuarem a luta travada por seus companheiros. E assim, conforme afirma Tânia Soares, também militante pelo PCdoB, com a participação da mulher nas lutas pela redemocratização do Brasil, ela também se emanciparia, observe-se o cartaz de divulgação do MFPA, que convida as mulheres a saírem da “*sombra*”. A metáfora utilizada no emprego da palavra “*sombra*” provoca o efeito de sentido de que a mulher vivia escondida, à sombra do patriarcado, não aparecia, não se manifestava politicamente:

Figura 7: Cartaz do Movimento Feminino Pela Anistia



Fonte: Memorial da Anistia²³

No dicionário Michaelis²⁴, encontramos exatamente vinte e duas definições da palavra *sombra*, delas destacamos o sentido de: *Ausência de cultura, de conhecimentos, de liberdade, de justiça etc., em relação ao progresso; obscurantismo*, que remete ao lugar que a ideologia patriarcal delimitou para a mulher, retirando-lhe o direito do conhecimento, da liberdade e justiça. No cartaz acima, percebemos, ainda, a ilustração de mulheres que, aos poucos, ao irem se libertando da sombra – ilustrado em vermelho – que as cobria, elas começam a ter voz e clamar por liberdade. Em uma linguagem semiótica, o MFPA convida as mulheres não apenas para lutarem juntos pela anistia, mas, também, para sair do local imposto pela sociedade patriarcal e ganhar liberdade para decidir sobre sua profissão, seu corpo e requerer espaço na política.

²³ Disponível em <http://memorialanistia.org.br/>. Acesso em: 13 set. 2016

²⁴ Disponível em < <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sombra> > Acesso em: 20 dez. 2016

Por meio da bandeira levantada pela redemocratização do país, outras bandeiras começaram a ganhar força e visibilidade, a exemplo da luta das mulheres por igualdade de direitos, do movimento negro, da profissionalização, etc. Entretanto, as ex-militantes também comentam que, por a sociedade sergipana ser bastante conservadora, foi difícil aceitar mulheres a frente das lutas e de organizações, mas, mesmo assim, as mulheres não atuantes nos movimentos viam a atuação feminina com respeito, conforme relato de Laura Marques:

[...] nossa visão perante as outras mulheres era de respeito e de apoio a nossa luta, mesmo para aquelas que eram meio reservadas e por conta disso, nós não conseguíamos muitas mulheres, mas então nós começamos a participar das associações de moradores onde a participação da mulher era grande, pois geralmente nas lutas pela melhoria do bairro é que está à grande a participação feminina porque geralmente ela se identifica se sensibiliza por essas questões. Então nós éramos vistas com respeito, embora as mulheres mais reservadas assumissem uma postura de acanhamento perante a atuação no movimento e era mais evidente a participação daquelas mulheres que tinham já certo destaque, pois tinham menos dificuldade de se expressar (MARQUES, 2011, p. 45).

Percebe-se nas palavras de Laura que muitas mulheres, embora se identificassem com o movimento, eram reservadas, acanhadas, o que decorria de uma educação opressora e do receio de ser mal vista em seu meio social.

O objetivo dessas sergipanas era criar, no Estado, um local que proporcionasse para as mulheres liberdade de tratar os interesses femininos, com discussões e orientações sobre a saúde específica da mulher, que, até então, essas informações eram pouco comentadas no Estado. Essas organizações tiveram, portanto, grande destaque de toda sociedade sergipana ao passo que o então Prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, criou o Conselho da Condição Feminina que tinha como presidente Zelita Correia e contava com a participação de Laura Marques, Valdir, Tânia Soares e Iara de Assis, mulheres atuantes na campanha da anistia em Sergipe. Esse conselho foi um dos primeiros instalados no país e as lutas travadas por ele possibilitaram vários benefícios à mulher como a criação de creches, assistência social e, anos mais tardes, em 1988, a criação da delegacia da mulher (CRUZ, 2011).

Maria de Lourdes Correia comenta que, inicialmente, não acreditava que a campanha da Anistia fosse dar certo, por conta da ditadura, mas mesmo assim ela resolveu ingressar na comissão de militantes, sendo também a primeira mulher sergipana a receber Anistia após a promulgação da lei (CRUZ, 2011).

Enfim, após todas as lutas e mobilizações no país, o Presidente João Baptista Figueiredo, promulgou em 28 de agosto de 1979 a Lei 6.683, “Lei da Anistia”, a qual garantia *anistia recíproca* para os torturadores e torturados. Esta Lei foi celebrada por todos os militantes políticos e opositores da ditadura, pois era, enfim, uma vitória depois de tantos anos de silêncio e repressão. Mesmo assim, muitos familiares não conseguiram obter o atestado de óbito dos desaparecidos, em alguns casos, eram emitidos “atestados de paradeiro ignorado” ou de “morte presumida”, uma forma encontrada pelas autoridades de se eximir da responsabilidade pelos crimes cometidos.

A Lei da Anistia permitiu o perdão e a libertação de milhares de presos políticos, a volta dos exilados e a reintegração política de pessoas atingidas pelos Atos Institucionais, e garantiu também proteção aos militares, pois estabelecia que o perdão fosse estendido a todos os crimes “conexos”. Enfim, abriu caminho para a redemocratização do país com o fim da ditadura em 1985, e a promulgação da nova Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, a qual devolvia ao povo brasileiro os direitos que haviam sido retirados durante o processo ditatorial.



CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DISCURSIVA

Este capítulo consiste na construção de nossa análise discursiva do nosso objeto de estudo. E, conforme já dito anteriormente, este trabalho está embasado na Análise de Discurso de linha francesa, a qual tem como seu principal teórico Michael Pêcheux, porque esta é uma teoria materialista do discurso que considera em sua análise a ciência e o político. Utilizamos também as reflexões de Eni Orlandi, precursora da Análise do Discurso do Brasil. A escolha pela AD se deu porque ela articula o linguístico com o social e o histórico, assim a linguagem não é observada apenas como forma linguística, e sim também enquanto forma material da ideologia, visto que é o no contato do linguístico com o histórico que se constitui a materialidade do discurso.

Segundo as teorias da AD, o discurso depende das condições de sua produção, e de acordo com Carvalho (2012 p.135) “por ser produzido em dado momento histórico, o discurso responde às necessidades que se apresentam nas inter-relações humanas e faz parte de um mecanismo em funcionamento”, em outras palavras, o discurso pertence a um sistema de normas procedentes de uma ideologia.

Conforme visto nos pressupostos teóricos, todo discurso está inserido em um determinado momento histórico e refletem as ideologias que atravessam o sujeito do discurso. Por isso, traz em si, além do momento histórico em que foi construído, várias formações ideológicas que o permeiam. Dessa forma, torna-se impossível conceber um discurso neutro, uma vez que o sujeito do discurso o faz a partir de uma posição sócio histórica e, portanto, ideológica.

Cabe aqui lembrar ainda que, segundo Pêcheux (1997), as palavras não significam “*a priori*”, pois a linguagem não é transparente e, para compreendê-las, é necessário analisá-las a partir das formações discursivas que sustentam as formações ideológicas, além de observar os efeitos de sentidos que elas produzem. Assim sendo, no que tange às entrevistas, levaremos em consideração dois contextos históricos: primeiro, o golpe militar vivenciado por nossas entrevistadas e segundo, o ano de 2011, data da realização das entrevistas.

3.1 Metodologia da análise

Nosso objeto de pesquisa foram discursos de mulheres que atuaram na campanha da anistia no Estado de Sergipe, muitas sofreram repressão do Estado, e algumas foram presas e

até torturadas pelos militares. Alguns desses discursos foram coletados em entrevistas e outros na mídia impressa, e foram analisados, paralelamente, com a história dessa fase do Brasil, por meio das notícias que circularam na imprensa, documentos e pesquisas de historiadores.

Partindo do princípio que a AD trabalha com o sentido, e de que ela orienta o funcionamento do discurso sem ter a pretensão de dizer o que é certo ou errado, não temos o objetivo de descobrir nada novo, apenas faremos novas interpretações, conforme afirma Orlandi:

A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo (ORLANDI, 2002, p. 59).

É importante ressaltar, ainda, que o analista faz suas interpretações influenciado por suas experiências e conhecimento de mundo, portanto, uma interpretação jamais será absoluta e única, pois ela também produzirá outros sentidos.

Assim sendo, não há discurso fechado em si mesmo, e sim um processo discursivo do qual se podem recortar segmentos e analisar de diversas formas, pois, ao mesmo tempo em que todo discurso estabelece relação com um discurso anterior, ele aponta para outro, já que não se esgota em uma única descrição. Dito de outra forma, um objeto analisado permanece aberto para novas abordagens, pois todo recorte discursivo faz parte de um processo discursivo mais amplo podendo ser analisado por outros dispositivos teóricos.

Pode-se dizer que *corpus* da AD é constituído pelo entrelace entre a ideologia, a história e a linguagem. A AD não trabalha com o conteúdo do texto e sim com o sentido que o discurso produz. Portanto, para a AD, o discurso vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são “ecos” da memória discursiva. Esta (memória), por sua vez, é compreendida como o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente. Ainda segundo Orlandi (2002), a interpretação aparece em dois momentos da análise:

- a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar

descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
 b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa [...] (Ibid., p. 60-61)

Logo, o próprio analista está envolvido na interpretação. Por conta disso, é preciso que haja um dispositivo teórico que intervenha na relação entre o analista e os objetos analisados, capaz de deslocar a relação do sujeito com a interpretação.

Esse dispositivo é a alteração da posição de leitor para o lugar destinado ao analista, em que se mostra a alteridade do cientista. Estando nesse lugar, é preciso compreender “o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo” (ORLANDI, 2002, p. 61), assim ele poderá teorizar e descrever os feitos da interpretação, pois se coloca em uma posição a qual permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

A análise discursiva tem a pretensão de analisar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, podendo ser verbal ou não verbal, sendo assim, a partir dessa metodologia, podemos analisar quaisquer discursos seja oral ou escrito, e outros documentos como fotografia, cartazes, etc.

As fontes que constituem nosso *corpus* são: entrevistas realizadas pelo projeto de pesquisa “*Vozes de um passado presente*”, sob a coordenação do historiador José Vieira da Cruz; cartazes e fotografias que circularam na imprensa midiática; dossiês coletados da secretaria de segurança pública; artigos de jornais que circularam no período proposto para análise, coletados no acervo bibliográfico e digital do *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* e da Biblioteca Pública *Ephifânio Dória*; documentários midiáticos com relatos de figuras sergipanas e nacionais sobre o período da ditadura no Brasil; e depoimentos cedidos pela Comissão Estadual da Verdade.

Dentre as figuras femininas que merecem destaque e que tivemos acesso às entrevistas, destacamos: Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Rodrigues Correia, Ana Maria Santos Rollemberg Côrtes, Iara Viana de Assis e Tânia Soares. Todas essas mulheres contribuíram ativamente na Campanha da Anistia no Estado.

No tocante às entrevistas, elas foram úteis para obtermos informações singulares e as interpretações pessoais dos entrevistados sobre o regime. Por meio delas, foi possível fazer

um resgate cronológico da história e das lembranças pessoais e subjetivas de cada entrevistada, o que contribuiu para recriar a história por diversos ângulos e enriqueceram nossas análises.

Não nos interessa analisar todas as informações das entrevistas, pois a pesquisa qualitativa é vertical e não horizontal. Interessa-nos, portanto, detectar as marcas linguísticas do enfoque analítico para relacioná-las ao contexto sócio-histórico, a fim de tentar responder as perguntas norteadoras desta pesquisa.

No que tange aos discursos em jornais sergipanos, vale a pena ressaltar que, nessa fase do regime militar, especialmente após a publicação do AI-5, havia uma forte censura e perseguição a que se opunha ao regime. Segundo Dantas (2014), no início da contra-revolução, em Sergipe, estavam em atividade quatro emissoras de rádios, o jornal diário *Gazeta de Sergipe*, principal opositor do regime, o jornal semanal *Folha Popular* e o *Correio da manhã*, que circulava de forma esporádica. Entretanto nos arquivos do *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, e da Biblioteca pública *Ephifânio Dória*, não encontramos arquivos do *Correio da manhã*, mas acrescentamos ao nosso acervo os jornais *A Cruzada* e *A Defesa*, ambos administrados pela diocese sergipana. Os jornais que surgiram durante e ao final do regime também foram analisados. Assim sendo, nosso acervo de pesquisa é composto pelos seguintes periódicos:

Quadro 1 – Acervo midiático dos jornais sergipanos entre 1964 a 1988²⁵

Jornal	Anos analisados
A Defesa	1964 - 1987
A Cruzada	1968 - 1970
Folha Popular	1964
Gazeta de Sergipe	1964-1988
Jornal da Cidade	1972-1985
Jornal de Sergipe	1978-1988
Sergipe Jornal	1964-1965

²⁵ Acervo particular da pesquisadora

Alguns fatos valem a pena ser expostos, a saber: i) no jornal *A Cruzada*, que desde 1922 tinha publicação semanal regular, há um intervalo de dezembro de 1963 até janeiro de 1968; ii) não há registros dos primeiros meses do jornal *Gazeta de Sergipe* no ano de 1964, isto é, os arquivos disponíveis do referido jornal, no período da ditadura militar, iniciam em setembro de 1964; iii) em muitos jornais os arquivos não são cronologicamente regulares, ou seja, há uma lacuna de exemplares.

Como toda imprensa sergipana era rigidamente controlada e vigiada pelos militares, nada contrário ao governo militar podia circular. Dessa forma, não sabemos afirmar se, por repressão dos militares, esses jornais não foram publicados, ou se foram perdidos ou destruídos ao longo dos anos. No caso do jornal *Gazeta de Sergipe* que, em 13 de janeiro de 1969, houve um incêndio destruiu toda clicheria do jornal e, segundo seus editores, não foi um acidente e sim um atentado criminoso, conforme o editorial de 15 de janeiro:

Pertence à história de Sergipe o slogan – Fogo na Gazeta – cantando em verso e em prosa por certos grupos políticos que inconformados com a nossa pregação contrária à corrupção, à violência, ao arbítrio, contravenções fiscais e crimes de homicídios reagiam de forma eloquentemente adequada aos métodos conduzir seus partidos. Há menos de um ano na frente do prédio deste matutino, apareceu escrito – Fogo na Gazeta – demonstração do desejo ardente do referido grupo político em conseguir o nosso desaparecimento como órgão da imprensa sergipana. Sempre encaramos essa possibilidade com ânimo esportivo destemorosos de sua realização. No entanto, hoje nos confessamos rendidos à evidência dos fatos. O incêndio se processou no domingo entre 23 e 24 horas, dia escolhido para as operações suspeitas segundo os especialistas seguradores. Até porque, incêndio por curto circuito não escolhe dia, acontece.

Perdemos a clicheria, mas iremos adquirir outra. O nosso arquivo continua guardando os fatos registrados diariamente da vida política social e econômica do Estado. Talvez que muita gente comprometida em acontecimentos nebulosos, complicada em crimes em enriquecimento ilícito em tráfico de influências, deseje vê-lo desaparecido. Mas saberemos defendê-lo para que a história não perca documentação de tal porte e essencial a reconstituição de épocas que se distanciam e que muitos servem à experiência de futuras gerações (*Gazeta de Sergipe*, 1969a, p. 3).

Ao longo das edições seguintes, eram publicadas afirmações, algumas em forma de piada na seção de humor, sobre o atentado:

- Finalmente, tocaram fogo na Gazeta com álcool ou com gasolina:
- Com raiva!... (*Gazeta de Sergipe*, 1969b, p. 5)

Entretanto, mesmo com algumas evidências diagnosticadas após a perícia e as afirmações frequentes dos jornalistas, não foram encontrados os culpados pelo incêndio e, aos poucos, o caso foi sendo abafado pelo Estado.

Assim sendo, procederemos às análises com base nos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados até então, nas quais buscaremos apreender os sentidos dos discursos adentrando suas condições de produção, e considerando sua opacidade. Para os objetivos propostos, foi preciso agrupar as informações por temas e fazer recortes discursivos.

3.2 O perfil das mulheres sergipanas militantes

Para proceder às análises dessa pesquisa, antes, faz-se necessário, também, traçar um perfil sobre as mulheres que foram vítimas da ditadura e/ou atuaram na Campanha da Anistia em Sergipe, para conhecermos qual papel elas exerciam na sociedade e quais ocuparam a partir de suas lutas, bem como saber como elas eram vistas e o que representaram para a história do Estado. A fim de facilitar a identificação dos Segmentos Discursivos (SD) selecionados para análise, fizemos uma enumeração desses recortes.

3.2.1 Laura Maria Ribeiro Marques

Laura Maria Ribeiro Marques foi uma das vítimas da ditadura militar, juntamente com seu marido. Laura (ou Laurinha, como é conhecida no Estado) teve seu primeiro contato com a militância em 1963 quando estudava no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, e em 1964, presenciou as primeiras prisões dos integrantes do grêmio estudantil, entre eles, de Wellington Mangueira, seu futuro marido. Mesmo com todo anseio de participar do movimento estudantil, Laura não tinha muita consciência sobre a situação que o país passava, mas sentia a necessidade de atuar para modificar, conforme relata:

SD1: Apesar de eu ter aquela sensibilidade, eu era alienada, poderia até ser um pouco revoltada com a situação, mas de fato eu não tinha clareza sobre o que acontecia (MARQUES, 2011, p. 30).

Nesse segmento discursivo, observamos que as pessoas que não estavam diretamente ligadas aos movimentos de oposição não tinham muita informação sobre a situação do país. Entretanto Laura, mesmo ainda sem ter ingressado na luta de oposição ao regime, pois *era alienada*, conforme o diz, já apresentava aversão à Ditadura Militar, o que se percebe ao afirmar que era *revoltada com a situação*. Essa revolta citada em seu discurso já se caracteriza uma forma de resistência.

Sob influência de seu namorado, militante político, Wellington Manguiera, em 1967, ingressou na Faculdade de História e iniciou sua participação no movimento estudantil. Já como militante do movimento, foi presa juntamente com os quase mil jovens que participaram do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna/SP. Devido a esta prisão, responderam a processo e tiveram seus direitos políticos cassados. A partir de então, o Exército iniciou uma perseguição ao casal, ao ponto de pressionar o reitor da Universidade Federal de Sergipe, João Cardoso, para os expulsarem da faculdade, mas o reitor conseguiu que eles concluíssem o curso.

Antes de ingressar no Atheneu, Laura Marques iniciou seus estudos em colégio de freiras, sobre forte ideologia da igreja católica, de modo que essa Formação Ideológica esteve presente em toda sua trajetória de militante. Percebemos essa influência em alguns de seus discursos. No segmento abaixo, ela revela sua resistência em relação à luta armada ao dizer de que toda sua luta se deu por meio da ideologia de um país igualitário, de uma modificação na sociedade, conforme descreve:

SD2: Muitos debandavam para a luta armada, foram ao Araguaia [...] Porém, nós [do PCB] não defendíamos, apesar de dizer que devíamos estar preparados para uma resistência, porque nós pregávamos uma transformação na sociedade que nós até chamávamos de Revolução Social [...] Trata-se de uma transformação radical da sociedade! [...] Era como se fosse assim, muito idealismo da parte da gente, porque nós achávamos que era dessa maneira que iríamos mudar aquela situação, ou seja, lutar pela democracia, pela justiça social (MARQUES, 2011, p. 33).

Com a promulgação do AI-5, e a repressão cada vez mais rígida, muitos militantes optaram pela luta armada. Entretanto, os militantes de Sergipe persistiram na ideologia do dialogismo, isto é, a resistência a partir do discurso, sendo essa sua principal arma de combater o regime e convencer a sociedade a fazer uma revolução. No segmento em análise, percebemos que o grupo que Laura participava não queria apenas o fim da ditadura, sua luta era por uma transformação social, *pela justiça social*, formação ideológica, também, muito característica do cristianismo, uma vez que prima pela igualdade entre os homens.

Após a prisão no congresso em Ibiúna, Laura e Wellington resolveram sair do país com medo de nova repressão. Viveram dois anos na clandestinidade em Moscou e ao retornar da Europa foram capturados pelos militares e levados para Salvador onde seu companheiro foi barbaramente torturado, mas pouparam-na da tortura física:

SD3: Em Salvador torturaram Wellington, a mim levaram apenas para sala de tortura [...] pegou Wellington para torturar, depois a mim, mas não sei por que razão eles me pouparam, disse assim: Amanhã! (MARQUES, 2011, p. 35).

Mesmo sofrendo forte tortura psicológica por ter sido levada à sala de tortura e terem levado seu companheiro antes dela, tinha ciência da brutalidade dos militares, tanto que, no SD3, Laura relata não ter sofrido tortura. Evidentemente que, em seu discurso, ela se refere à tortura física, pois a seleção do advérbio de exclusão *apenas* e da locução *me pouparam* remetem à ideia de ter sido preservada, talvez pelo fato de ser mulher, já que o Exército não teve a mesma postura com seu companheiro, mas ficou a ameaça velada, ao falarem *Amanhã!*, o que não deixa de se configurar como uma ameaça psicológica.

Acuados pelas torturas e ameaças, aceitaram, inicialmente, ser informantes do exército, como única forma de serem libertados. Entretanto, depois de soltos, perceberam que não tinham perfil de delatores e optaram em não ceder ao regime autoritário e repressor, daí resolveram não comparecer ao lugar marcado por seus opressores. Tentaram, então, fugir do país, mas novamente foram presos e dessa vez Laura já estava grávida:

SD4: Nesse momento, é que foi difícil, eu grávida, nos prenderam lá em Porto Alegre, nos colocaram no avião da FAB, tentaram nos derrubar do avião, [...] eles

nos achavam muito diferentes e Wellington dizia: “Nós somos inocentes, nossa intenção é ter um mundo onde todos possam compartilhar” aí Wellington trazia a discussão para a cristandade [...] então eles pensavam esse cara deve ser cristão demais! [...](MARQUES, 2011, p. 37).

Vale a pena recordar que essa foi a terceira vez em que Laura foi presa, talvez devido ao seu estado de gravidez, ela caracteriza esta prisão como a pior: *Nesse momento, é que foi difícil, eu grávida...*, uma vez que sua condição, naquela circunstância, a deixava mais frágil. Verifica-se, também, que eles (Laura e seu marido) tentavam aproximar seu discurso do humanismo cristão, ou usavam formações discursivas próximas a isto: *Nós somos inocentes, nossa intenção é ter um mundo onde todos possam compartilhar*. O discurso de Wellington, segundo Palavras de Laura, *trazia a discussão para a cristandade*, talvez com a intenção de convencê-los de que não eram comunistas e, dessa forma, persuadir os militares a libertá-los, pois conforme já mencionado, eles não tinham a intenção de enfrentar o Exército com força bruta, apenas tinham um desejo de viver em um país socialista.

Após serem libertados, Laura Marques e Wellington Mangueira viveram na clandestinidade, mas não param de militar. Laura participou ativamente da Campanha da Anistia no Estado, e a partir daí aderiu à causa das mulheres por igualdade de gênero, melhores condições na saúde feminina, criação de creches etc. Foi eleita a primeira presidente da Federação das Mulheres de Sergipe, e foi membro do Conselho da Condição Feminina, em que conseguiu, junto ao governo, diversas melhorias para as mulheres sergipanas.

3.2.2 Zelita Rodrigues Correia

Zelita Rodrigues Correia foi presa doze dias após a deflagração do golpe militar. Também foi estudante do Colégio Atheneu Sergipense e atuou no movimento da JUC (Juventude Universitária Católica), posteriormente na AP (Ação Popular), considerado o braço católico político. No governo de Seixas Dória, foi supervisora do programa de educação de adultos em que aplicava o método de Paulo Freire²⁶ e coordenou o Movimento de Cultura

²⁶ Método de ensino criado pelo Professor Paulo Freire

Popular. Em virtude de sua participação no movimento, foi presa em 12 de abril de 1964, juntamente com mais sete mulheres, conforme relata:

SD5: Primeiro me pegou na Faculdade de Direito, mas não entrou na Faculdade porque Dr. Gonçalo não permitiu, ficaram na porta e mandaram me chamar, quando eu vim disseram: “A senhora está presa, vai para o quartel” (CORREIA, 2011, p. 30).

Observa-se que, ao prender Zelita, os militares, a mando do Tenente Rabelo, não falam o motivo pelo qual ela estava sendo presa. Prendia-se sem dizer o motivo, utilizando poucas palavras, de forma direta: *A senhora está presa, vai para o quartel*. O silenciamento dos militares talvez se devesse ao fato de não despertar a manifestação ou a revolta dos que presenciavam a prisão. O motivo, conforme consta nos dossiês dos presos políticos em que justificam suas prisões, era, unicamente, por ter participação em movimentos populares e por serem opositores ao regime. Zelita e suas companheiras permaneceram presas por cinquenta e dois dias e foram soltas graças à luta de suas mães que pediram ajuda a figuras importantes da época e enfrentaram os militares indo todos os dias para o quartel reivindicar a soltura das filhas.

SD6: Quando essas sete donzelas, exceto Dulce que era viúva, estavam presas no quartel, se reuniram a minha mãe, a mãe de Dora Rosalvo, a mãe de Ari e Arli, a mãe de Laide, e foram dizer ao comandante, acompanhadas do professor Barretão, José Barreto Fontes, que era o grão-mestre da Maçonaria, que eles eram responsáveis por nossa virtude (CORREIA, 2011, p. 61).

As palavras *donzelas* e *virtude*, utilizadas pelo sujeito do discurso, no SD6, estão diretamente relacionadas à virgindade. Por serem solteiras (com exceção de Dulce Conrado de Araújo, que era viúva) a sociedade na época, especialmente as pessoas mais velhas as chamavam de donzelas, isto é, jovens virgens. Percebe-se, ainda, que a *virtude* (virgindade) das filhas era uma grande preocupação das mães, pois a ideologia patriarcal preservava muito a “honra feminina” (expressão diretamente ligada à virgindade) e recriminava as moças solteiras que não eram virgens, e Sergipe, mesmo nessa época, década de 60 e 70, embora os

jovens em quase todo mundo reivindicassem liberdade sexual, ainda vivia sobre forte influência da ideologia patriarcal.

Após ser libertada, e com receio de ser presa novamente, Zelita Correia foi morar no Estado da Bahia onde se manteve distantes dos movimentos populares. Retornou para a Aracaju em 1978 quando foi convidada por Núbia Marques a participar do Movimento Feminino pela Anistia.

3.2.3 Iara Viana de Assis

Iara Viana de Assis nasceu em São Paulo, onde se licenciou em matemática e veio para Sergipe para ministrar um curso de metodologia do ensino, casou-se com um sergipano e resolveu permanecer em Aracaju. Em Sergipe, ingressou na Faculdade de Direito e participou de vários movimentos ligados à causa social, a saber: Conselho Municipal da Mulher, do Conselho Estadual, do Conselho da Criança, foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Por conta de seus diversos trabalhos sociais em benefício do povo aracajuano, recebeu o título de cidadã aracajuana e sergipana.

Mesmo não tendo respondido a nenhum processo, Iara participou ativamente da campanha pela anistia no estado, pois sempre acolheu a luta pelas causas femininas e sociais. Segundo Iara, as mulheres, desde a revolução feminina, sempre foram às ruas, quando necessário, lutar por melhorias na condição feminina e da sociedade em geral:

SD7: [...] começamos a voltar às ruas, porque a vida toda foi assim: na época de crise todas as mulheres saem para rua (ASSIS, 2011, p. 96).

No segmento discursivo acima, o sujeito o discurso nos fala sobre o movimento das mulheres na Campanha da Anistia. Quando ela diz “*começamos a voltar às ruas*”, o verbo “*voltar*” nos mostra que houve um recuo, isto é, as mulheres, que desde 1932 começaram a reivindicar seus direitos, recuaram, não se sabe desde quando, pois, na década de 1950, houve mais acomodação das mulheres em relação às reivindicações femininas, talvez se refiram ao

golpe militar, em virtude da grande repressão do Exército. Outro ponto no SD7 que podemos destacar é a frase “*as mulheres saem para rua*”, temos aí um interdiscurso do patriarcalismo de que “lugar da mulher é em casa e não rua”, e nessa frase Iara diz o contrário, que *as mulheres voltam às ruas, saem às ruas*, contrariando parcialmente o discurso patriarcal, uma vez que limita a saída das mulheres aos momentos de crise.

3.2.4 Tânia Soares de Sousa

Natural do interior do estado teve sua formação dividida entre o comunismo (ideologia passada pelo pai) e o catolicismo (passado pela mãe). Tânia Soares iniciou na militância ainda muito jovem e sempre demonstrou espírito de liderança, ao ponto de formar um grupo de estudantes secundaristas no colégio em que estudava, conforme nos narra:

SD8: Na verdade eu sempre fui incentivada pelo meu pai na vida, assim como todas as oito mulheres eram incentivadas à independência, de modo que nós tínhamos que nos formar, ter o próprio emprego, ter independência e não precisar dos homens (TÂNIA, 2011, p. 114).

Nascida em 1963, Tânia Soares cresceu numa época em as mulheres já haviam conquistados diversos direitos e parte da sociedade já apoiava a independência feminina. Assim, essa formação ideológica de maior autonomia feminina, descendentes de lutas anteriores, contribuiu para que ela resistisse às imposições feitas pelo regime. Em meados da década de 1970, já demonstrava resistência à ditadura ao sair nas ruas de Aracaju vendendo o jornal *Tribuna pela luta Operária* (de ideologia comunista) que fazia denúncias sobre o regime autoritário dos militares e era constantemente censurado e apreendido pela Polícia Federal.

Casou-se com Edvaldo Nogueira e, mesmo sem nunca ter estudado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), militou por muito tempo no DCE (Diretório Central de Estudantes) da universidade, ao ponto de ser presa como militante da UFS. Atuou ainda na clandestinidade pelo PCdoB e ao saber do movimento das mulheres em prol da Anistia, Tânia

passou a frequentar as reuniões e os atos realizados pelo MFPA (Movimento Feminino Pela Anistia). Por ter tido uma formação ideológica mais libertária (influência do pai), de que a mulher precisava lutar por sua independência, Tânia sabia que a luta pela anistia também beneficiaria a condição feminina:

SD9: E com a Anistia vinha várias outras bandeiras mundiais que vieram para a América Latina, [...] além destas bandeiras femininas específicas. Porquanto, tem uma bandeira geral que defendemos até hoje que seria: ao emancipar a sociedade, a mulher também se emanciparia (TÂNIA, 2011, p. 127).

Conforme foi percebido nos discursos de outras mulheres, observamos mais uma vez no discurso de Tânia Soares, que a campanha da anistia abrigava muitas outras bandeiras, ou seja, não era apenas uma luta para libertar os presos políticos, mas sim uma luta pela liberdade política, pela redemocratização do país, pela emancipação feminina e, conseqüentemente, pelo avanço e melhoria da sociedade. Tanto que todas as mulheres aqui citadas, não cessaram sua militância com a aprovação da Lei da Anistia, em 1978.

3.2.5 Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes.

Também natural do interior de Sergipe, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes (ou Ana Maria dos Santos²⁷) veio para Aracaju para estudar, em 1954. Graduou-se em Serviço Social, mas não pôde receber o diploma, por repressão dos militares. Ainda na Faculdade, participou de diversos atos de manifestações contra o AI-5 e pela morte de Edson Luiz²⁸. Também foi membro da JUC (Juventude Universitária Católica) e da AP (Ação Popular), em que podemos inferir que teve uma formação ideológica religiosa, católica, já que esses grupos eram coordenados por religiosos.

Como militante da AP, Ana Côrtes e seu esposo, Bosco Rolemberg, viveram na clandestinidade em vários estados brasileiros, até serem presos em Garanhuns/PE, em 1974. Por estar grávida, ficou presa apenas cinco meses sendo liberada por ordem médica.

²⁷ Nome de solteira

²⁸ Militante carioca morto pela polícia. Ver p. 59.

Entretanto, esse período foi o suficiente para que ela fosse vítima de várias torturas físicas e psicológicas, conforme descreve:

SD10: Depois de muitas torturas me deixaram encalhada lá, não sei quantos dias. Eu contava os dias pelas bolinhas de pão que eu fazia, estava numa cela sozinha e recebia comida por baixo da porta e, quando queria ir ao banheiro, avisava ao carcereiro. Lembro-me que um torturador muito especializado em tortura, exigia que eu desse o depoimento completamente nua (CÔRTEZ, 2011, p.140).

Ana Côrtes foi uma das sergipanas que mais sofreram tortura na prisão. Em seus depoimentos, narra as violências sofridas e nelas percebemos, além dos requintes de crueldade, que existiam médicos especialistas para determinar qual tipo de tortura poderia ser feito e até que ponto o preso aguentaria. Narra ainda as humilhações e as torturas sexuais que as mulheres sofreram. É, portanto, sobre esse tipo de tortura que abordaremos no próximo tópico.

3.3 O caráter sexual das torturas femininas

Por muito tempo a mulher, na sociedade patriarcal, era considerada submissa ao homem e tinha que satisfazer-lhe a todos os desejos. Segundo Pinsky e Pedro (2012), o papel sexual da mulher também adquiriu um caráter passivo e de submissão, visto que “durante muito tempo, acreditou-se que ‘mulher distinta’, ‘respeitável’, não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade” Além disso, a violência sexual também era uma forma de castigar as mulheres por terem transgredido as normas morais e sociais, o que nos remete a uma formação ideológica da dominação do sexo masculino em relação ao sexo feminino, que as considerava “escravas, amantes de seus maridos” (Ibid., p. 473).

A tortura que as presas recebiam estava diretamente ligada ao gênero feminino. De acordo com o depoimento de várias mulheres, as torturas que sofreram eram machistas, pois os militares as menosprezavam, faziam se sentir inferiores e as ridicularizam socialmente. Dos tipos de torturas que as mulheres sofreram, os mais comuns eram: i) estupros, ii) choque elétricos em seus órgãos genitais, geralmente acompanhado de tortura psicológica, que elas

não iriam mais engravidar; iii) abortos forçados; iv) as mulheres que tinham filhos, eram impedidas de amamentá-los; v) algumas crianças eram torturadas fisicamente e psicologicamente para que a mãe fosse atingida; e vi) os interrogatórios eram feitos com as mulheres completamente nuas.

Dentre as mulheres que analisamos nesse trabalho, apenas duas relatam ter sofrido algum tipo de tortura sexual: Laura Marques e Ana Côrtes, sendo que a segunda descreve como esse tipo de tortura lhe marcou e a afetou ao longo da sua vida:

SD11: Era difícil para mim, uma vez que eu não ficava nua nem na frente das minhas irmãs até por conta da época, mas não obstante a época, ainda que fosse em um período de liberdade, seria difícil. Uma mulher ficar despida na frente de homens torturadores. De tudo que eu relato, é isto que mais me marca! Eu não permitia que eles tocassem em mim, eu mesma tirava a roupa. Eu suava frio, gelado! Eles aplicaram choque elétrico em mim no dedo do pé, da mão e na orelha [...] (CÔRTEZ, 2011, p. 142).

Conforme relatado no SD11, de todas as dificuldades que passou de quando vivia na clandestinidade e nos cinco meses em que ficou presa, o ato de ficar nua, era a pior, justamente por conta da educação que teve, marcada por FDs religiosa e patriarcal, que preconizavam que a mulher deveria ser recatada, não mostrar seu corpo, guardar-se para o casamento, portanto, despir-se na frente de um homem era um ato imoral. Os torturadores sabiam que, dessa forma, afetariam a mulher em sua condição física e psicológica e as deixariam mais frágeis e vulneráveis, além de ser uma tentativa de colocar a mulher no papel de submissão, como apregoava a ideologia patriarcal.

Outro tipo de tortura muito utilizado eram as ameaças de estupros na frente dos maridos. Como toda vez em que foi presa, Laura Marques estava acompanhada de seu esposo, mesmo grávida, era frequentemente ameaçada pelos soldados:

SD12: [...] lá [na prisão Barão de Mesquita] eles tiravam a roupa da gente, de macacão, lá eles inclusive me ameaçaram de estupro na vista de Wellington (MARQUES, 2001, p. 36, grifo da autora).

Percebemos, nessas ameaças, a ideologia de grupos de guerreiros antigos vitoriosos que, como forma de poder e força, violentavam as mulheres capturadas como sinal de sua apropriação, a fim de atacar o inimigo. Esse tipo de tortura atingia a mulher pelo medo da violência e ao homem por ferir sua moral.

A quebra do paradigma feminino de submissão ao homem, em que mulheres combatiam a repressão e lutavam por seus ideais, causava nos militares e nos mais conservadores, repúdio e indignação. Isso porque a mulher, por muito tempo, carregou em si o papel de ser boa mãe e boa esposa, tido como “missão”, e sua única obrigação era cuidar do lar. As mulheres que tinham coragem de reivindicar, de ir à luta, desconstruíam esse paradigma de atributos considerados inatos ao feminino, pois a coragem e a força eram características masculinas. Esse preconceito não se deu unicamente em relação às presas, ele foi estendido para as mulheres que atuavam nos grupos de oposição ao regime.

Entretanto, mesmo diante de tanta repressão e humilhação, a mulher continuou lutando e resistindo. Trataremos a seguir dessa resistência.

3.4 A resistência feminina

A resistência feminina em Sergipe teve maior visibilidade no início do século XIX, especialmente na década de 1930, quando as mulheres se organizaram para combater as diferentes formas de opressão a que o patriarcalismo as submetia e a lutar por igualdade de direitos: o direito à educação, ao trabalho, ao voto, a candidatar-se etc. E desde então, elas se mantiveram firmes em lutar por melhores condições de trabalho, por jornadas mais reduzidas, inclusive, contra a exploração laboral, inclusive, unindo-se aos homens por direitos que lhes eram negados, como ingresso no mercado de trabalho, melhoria salarial entre outros. Ao longo do século XX, o movimento feminista foi cada vez mais se fortalecendo, com o apoio de mais mulheres e, até, de movimentos populares.

Conforme é relatado nos depoimentos das mulheres investigadas, nos anos da tutela militar não foi diferente, elas não recuaram diante da repressão e, desde o início do golpe, se mantiveram firmes na oposição e na luta política. Entretanto, a sua principal atuação se deu no final de 1975, quando protagonizaram um papel de liderança na Campanha da Anistia.

Segundo Iara de Assis, as mulheres tomaram a frente dessa campanha, o que beneficiou toda a sociedade, mas elas sofreram muita discriminação pelos mais conservadores:

SD13: Depois que as mulheres foram aparecendo, a partir do momento em que começamos a lutar, a brigar e etc. Mesmo assim, as mulheres eram vistas como aquelas que queriam aparecer, mas, na verdade, era porque nós estávamos muito oprimidas, nós nos sentíamos muito inferiores.

Quando as mulheres começaram a aparecer, nesta época da revolução [na Campanha da Anistia], elas realmente tinham que aparecer, porque a maioria dos homens estava presa, tinha tanta gente que não podia aparecer, que as mulheres tiveram que ficar a frente. De cem mulheres, nós éramos dez que estudávamos, íamos para uma universidade e que tínhamos coragem de sair nas ruas e falar. Ademais, [...] não tínhamos apoio em casa, de modo que, estas coisas foram muito difíceis, tanto para as mulheres como para o Movimento Feminista, porém as mulheres sempre lutaram. E lutaram para que houvesse uma Anistia que abarcou mais homens que mulheres, pois nós não lutamos para a Anistia de mulheres, lutamos pela Anistia no sentido maior, e esta foi muito mais favorável e muito mais numérica para os homens (ASSIS, 2001, p. 97, grifo da autora).

Nessa SD, quando o sujeito do discurso diz: *as mulheres eram vistas como aquelas que queriam aparecer*, percebemos a presença de uma Formação Discursiva que determina que o lugar da mulher não era na militância, ou seja, o lugar que ela tentava ocupar ia de encontro a Formações Ideológicas de ordem patriarcal, familiar, religiosa, que ditavam a conduta feminina e demarcavam seu lugar e seu papel social, a fim de definir um tipo de mulher que reunisse as qualidades preconizadas por essas instituições: companheira recatada, pura, fiel, mãe dedicada e voltada às prendas do lar.

Ainda nessa sequência discursiva, o sujeito-autor justifica a crítica feita às mulheres que iniciaram a luta como *as que queria aparecer*, pelo fato de se sentirem *muito oprimidas*, na tentativa de convencer os outros e a si mesma de que era importante participar desta Campanha de Anistia dos presos políticos. Ao dizer *nós nos sentíamos muito inferiores*, ela esclarece que não era apenas uma imposição da sociedade, fica implícito que elas também tinham em si um sentimento de inferioridade que precisava ser encarado e vencido. Iara, em seu discurso, tenta justificar a ação das mulheres, como se fosse imperioso explicar para a sociedade a participação feminina neste movimento, uma vez que, nesse período da revolução, os homens que haviam liderado os primeiros movimentos oposicionistas estavam presos, exilados ou na clandestinidade: *Quando as mulheres começaram a aparecer, nesta época da revolução, elas realmente tinham que aparecer*, de modo que as mulheres precisaram tomar a frente do movimento para que, além do perdão político, o Brasil voltasse a

ser um estado de direito, isto é, as lutas das mulheres nunca eram em benefício próprio e sim pelo benefício social.

Mesmo com medo e vivendo na clandestinidade, elas apoiaram e militaram driblando o regime e permanecendo firmes na luta. Zelita Correia narra que, mesmo estando presa, ela conseguia denunciar nos jornais as condições que ela e suas colegas passavam no quartel do Exército:

SD14: [...] no fundo da garrafa térmica, nós colocávamos os bilhetes e ela enviava para *Coni* e ele denunciava no Jornal Correio da Manhã. Aquele pedacinho da garrafa térmica é superimportante [...] assim como bainha de saia é uma maravilha! Pois se faz um pacotinho bem feito e chega para o tenente que tiver cara de besta e diz assim: “Aqui é uma roupinha minha, acontece que tem roupa interna (íntima), mas é que eu estou tão envergonhada!” Aí o besta não revistava, tome bilhete (CORREIA, 2011, p. 63).

A intimidade feminina sempre foi algo que não podia ser exposto nem violado pela sociedade. A educação feminina valendo-se de uma ideologia religiosa, recomendava que as mulheres escondessem suas peças íntimas, pois elas podiam atizar o desejo masculino. Então, valendo-se disso, Zelita fingia que estava envergonhada de expor suas roupas íntimas para uma pessoa do sexo masculino e conseguia que seus embrulhos pequenos passassem facilmente pela inspeção. Dessa forma, ou por meio de pequenos bilhetes colocados no fundo da garrafa térmica, conseguia ludibriar o “tenente” ou os carcereiros, *com cara de besta* e fazer chegar ao jornal *Correio da Manhã*, suas denúncias. Eram pequenos gestos de resistência. Segundo Orlandi (2007, p.114), “no momento em que a violência da ditadura era mais aguda e a censura já se tinha instalado no cotidiano de todo brasileiro, formas muito variadas de comunicação e resistência se estabeleceram”.

As entrevistadas narram também que as mães de desaparecidos e presos políticos tiveram um papel de resistência muito marcante. Elas se organizaram nas mais diversas formas de luta, iam para os portões dos presídios, buscavam apoio político, enfrentavam os militares mesmo com ameaças de prisões e, em momento algum, recuaram ou se intimidaram. Muitas não sabiam ou não apoiavam a militância dos seus filhos, mas quando foi preciso lutar por eles, elas não se intimidaram e romperam com os paradigmas de mulheres donas de casas submissas.

Aquelas que saíam da prisão iam se incorporando nas organizações femininas, denunciando, levando sua experiência de luta e testemunhando seus sofrimentos. E foi a partir dessas primeiras organizações, que se originou o Movimento Feminino pela Anistia, posteriormente ampliado para o Comitê Brasileiro da Anistia (CBA), e os comitês regionais foram espalhados por todos os estados da federação, de modo que eram as mulheres que lideravam estas organizações.

Devido à forte censura, esses movimentos não eram divulgados na mídia, pois os jornais eram severamente revistados e obrigados a silenciar. Apenas os jornais clandestinos, com sede não registrada, publicavam o movimento feminino, como podemos observar no jornal *Tribuna pela força Operária*, que circulava em todo Brasil:

Figura 8 – Reportagem do jornal *Tribuna pela força Operária*, em 1972



Fonte: Memorial da resistência de São Paulo²⁹.

Na frase em destaque (*Mulheres já não esperam acontecer*) dessa reportagem, inicialmente, podemos observar um fragmento da canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, adotada como hino pelos grupos de oposição à ditadura militar. Na letra dessa música, há uma estrofe que diz *quem sabe faz a hora, não espera acontecer*, em outras palavras, ela traz implícito um convite à revolução, pois quem sabe faz, quem sabe avança, não espera e nem aceita imposições e repressão. Outro termo presente nessa frase é o advérbio de tempo *já* que nos remete mais uma vez ao caráter passivo das mulheres no passado e a sua mudança de postura, isto é, as mulheres que antes eram submissas, já não o

²⁹ Disponível em < <http://www.memorialdaresistencia.org.br/>>. Acesso em 02 jan. 2017

são; no presente, elas não esperam acontecer, vão à luta. Essa reportagem mostra ainda a resistência das mulheres que não se intimidaram diante das tentativas repressoras que tentavam impedir a realização do Congresso e persistiram na luta em defesa de causas sociais e sua emancipação.

Entretanto, não encontramos nos jornais sergipanos notas que tratassem do movimento feminino. E é a respeito dessa censura e silenciamento que trataremos a seguir.

3.5 A censura e o silêncio local

De acordo com a teoria de Orlandi (2007), o silêncio local está diretamente relacionado à política da censura. Segundo a mesma autora (p. 69), “o silêncio não são palavras silenciadas que se guardam no segredo sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge”. Podemos, então, compreender que a censura funciona como o lado da repressão, visto que proibindo certas palavras, se proíbem certos sentidos.

Desde o início da ditadura, que a censura foi instalada e foi mais intensificada após o AI-5, em 1968. Foi nesse período que os opositores ao regime começaram a atuar na clandestinidade. Com a forte crise econômica por que passava o país, o governo falava que iria melhorar a situação do país por meio do “Milagre Brasileiro” e travou uma verdadeira guerra contra o comunismo, como descrito por Laura Marques:

SD15: [...] o Exército falava no “Milagre Brasileiro”, que ia fazer o “Milagre Brasileiro”, que ia resolver o problema do Brasil e por conta disso falava que precisava afastar o inimigo. O inimigo seria o comunismo. Então, na época o mundo era bipolar, o mundo era dividido em comunismo e capitalismo [...] Portanto, qualquer crítica, qualquer comportamento que o Exército achasse diferente era motivo para prender (MARQUES, 2011, p. 33).

Vale a pena frisar que poucos brasileiros (entre militantes e militares), naquela época, sabiam o que de fato era o Comunismo. Laura afirma: *qualquer crítica, qualquer comportamento que o Exército achasse diferente era motivo para prender*, isto é, bastava

apenas discordar da situação que era denominado de comunista e já havia motivo para prender. Foram inúmeras as prisões que se sucederam por todo o país. O comunismo, conforme dito no SD acima, era o inimigo número um do país. Era necessário extirpá-lo, apagar sua sombra e, para isto, era preciso localizar todos os indícios de comunismo: “livros vermelhos”, disseminadores de ideias socialistas, movimentos de esquerda, diretórios estudantis, sindicatos de trabalhadores e assim por diante. O “milagre brasileiro” dependia da eficácia dos militares em acabar com os focos de ideias anticapitalistas.

Após o AI-5, instaurou-se a censura e muitos militantes optaram por ficar na clandestinidade, pois com esse Ato a repressão ficou mais forte e as perseguições políticas se intensificaram:

SD16 : 1969 e 1970 o movimento ficou na clandestinidade, mas não significa dizer que não paramos não, porque já estávamos militando no partido e a nossa luta era pela redemocratização do país. Os outros mais radicais, mais revoltados... e aí vocês sabem, tudo era muito censurado e muita gente morreu nessa época em confronto com a política (MARQUES, 2011, p. 34).

Neste segmento, observamos que o silenciamento dos militantes se dá apenas de forma superficial. Segundo o dicionário Michaelis³⁰, o termo “clandestino” significa *planejado ou realizado em segredo*, o que inferimos que seu significado já tem o sentido de organização e articulação. Dito de outra forma, os movimentos de oposição continuaram ativos, mas o medo de novas prisões fez com eles recuassem da frente de luta e partissem para resistência em segredo.

Outro ponto nesse segmento discursivo que vale a pena destacar é o fato de ela caracterizar os outros grupos como *radicais* e *revoltados*, ou seja, por não apoiar a luta armada, eles utilizavam o discurso e a força da manifestação popular como meio de resistência. Ela também se coloca do lado oposto a esses grupos que partiam para o confronto direto com a polícia. No SD14 podemos verificar também a frase *tudo era muito censurado*, ou seja, essa frase justifica o fato de eles estarem na clandestinidade, pois não apenas os que contrariavam o regime, mas qualquer tipo de organização, qualquer movimento já era censurado.

³⁰ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ZD9A>> Acesso em: 20 jan. 2017.

A censura à imprensa foi amplamente utilizada para que fossem publicadas apenas notícias autorizadas pelo exército, segundo Ibarê Dantas (2014), suas sedes passaram a ser frequentadas por agentes das forças repressivas, e os jornais de oposição, que insistiam em denunciar os crimes da ditadura, eram proibidos de vender seus exemplares.

Um exemplo desse silenciamento midiático é a Operação Cajueiro, que aconteceu em fevereiro de 1976. O objetivo dessa operação foi acabar com o partido comunista, de modo que, segundo Dantas (2014), foram presas cerca de trinta pessoas em Sergipe, sem nenhuma justificativa do crime cometido. As mulheres que já estavam se organizando eram quem denunciavam as prisões arbitrárias, uma vez que os jornais ocultavam as notícias. Conforme constatamos no relato de Antônio Gois³¹:

SD17: Naturalmente que durante as prisões, as famílias todas se mobilizavam, principalmente nos movimentos encabeçados pelas mulheres, que tentavam conversar com as autoridades, com o comando do 28º BC, para entender o porquê seus maridos estavam sendo presos, não conseguiam muitas respostas. Daí foi feito o que era possível naquele momento, porque nem se quer a imprensa daqui noticiavam as prisões (GOIS 2011 apud VIEIRA, 2015, p. 79).

Poucas foram as colunas nos jornais que abordaram a luta das mulheres. Entretanto, os jornais não silenciavam apenas os movimentos femininos, mas, sim, qualquer informação que contrariasse o regime autoritário, conforme afirma o economista: *porque nem se quer a imprensa daqui noticiavam as prisões*. Com a censura decretada pela ditadura, os jornais levavam ao público apenas o que era conveniente, publicando discursos ligados a seus propósitos político-ideológicos, embora passassem a ilusão de neutralidade e objetividade.

Dentre os jornais que circulavam, em Aracaju, na época da Operação Cajueiro, temos apenas o acervo do *Jornal da Cidade*, e analisando seus exemplares dos dias posteriores à operação constatamos que não saiu nenhuma nota abordando o tema:

³¹ Economista preso na Operação Cajueiro.

Figura 9: Capas do Jornal da Cidade após a Operação cajuzeiros em 1976



Fonte: Acervo jornais de Sergipe³²

As capas acima correspondem aos dias 21/02/1976, 22 e 23/02/1976 e 25/02/1976, respectivamente. É interessante observar que todas trazem como manchete principal a atuação da polícia no estado, com o intuito de passar para a população de que era divulgada toda ação da polícia. Entretanto, nenhuma nota aborda a questão das prisões arbitrárias da Operação Cajueiro, mesmo tendo envolvido figuras importantes na sociedade, a exemplo do então Deputado Estadual Jackson Barreto.

3.6 A campanha da Anistia e seus desdobramentos

Conforme já dito anteriormente, a luta pela anistia surgiu por meio do Movimento Feminino Pela Anistia, no final do ano 1975. Em Sergipe, o ano de julgamento dos presos na Operação Cajueiro coincidiu com a situação de maior destaque nas mobilizações pela anistia com a criação do Comitê Brasileiro da Anistia/Se, em abril de 1978. Esse comitê local foi articulado pela professora Núbia Marques juntamente com outras mulheres sergipanas que já participavam de algum movimento popular.

³² Disponível em <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/>> Acesso em 20 jan de 2017.

Esse comitê não tinha filiação partidária e se articulava unicamente com os comitês dos outros estados, mas contava com o apoio de políticos, de intelectuais e da igreja católica. A criação do comitê em Sergipe foi notícia em vários jornais da época fazendo com que a luta pela anistia viesse a público, conforme manchete principal do *Jornal da Cidade*, em 21 de abril de 1978:

Figura 10: Capa do periódico semanal Sergipe Jornal



Fonte: Acervo jornais de Sergipe³³

No recorte de jornal acima, temos a fotografia da Professora Núbia Marques junto à informação que ela lideraria a Comitê Feminino pela anistia no estado. Entretanto, vale apenas frisar que na reportagem diz que o deputado Jackson Barreto *preferiu ocultar o nome da professora*, pois as lideranças desses movimentos tinham medo de aparecer por causas das perseguições do Exército. Outro ponto que merece destaque nessa reportagem é que os jornais, mais uma vez, ocultaram todos os movimentos que as mulheres já vinham articulando, ou seja, como se as mobilizações femininas iniciasse a partir deste comitê. Mesmo com todo apoio que recebeu, o movimento continuou sofrendo perseguições e suas reuniões continuaram sendo realizadas de forma clandestina. De acordo com Zelita Correia:

³³ Disponível em <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/>> Acesso em 20 jan. de 2017.

SD18: Era uma coisa meio que intimista, porque não tinha como se reunir num local, às vezes era na minha casa, às vezes na casa de Núbia, e discutimos muito o dia a dia do que o nosso pessoal estava passando e do que sabíamos [...] Existiam atos, estes se davam em locais fechados, a gente tentava se preservar, não dava pra ir às praças, não foi o movimento de massas aqui no estado [...] Fazíamos palestras nas casas dos membros, era um grupo fechado, é que aquele período era bastante difícil, as pessoas tinham medo. Três pessoas da liderança foram presas e minha prisão foi subversão, eu estava de acordo com o meu regime e era contrário ao regime militar (CORREIA, 2011, p. 52).

Vale a pena ressaltar que Sergipe sempre foi um estado conservador e por muito tempo viveu em um regime de coronelismo, e foi de geração em geração passando essa ideologia de subordinação (falta de coragem para contestar). É por conta dessa ideologia muito presente na década de 1970 que o movimento pela anistia não teve muita adesão da sociedade civil. Suas reuniões eram realizadas em pequenos grupos e, de forma reservada para não chamar a atenção dos militares nem dos “olheiros”, além do medo que todos tinham de serem presos. Para a sociedade em geral, os militantes silenciavam, no entanto eles criaram formas de se comunicar. Orlandi (2007), ao falar sobre o sentido/discurso social sob a censura, esclarece:

Em suma, há uma relação sentido/discurso social, sob a censura, que se estabelece de forma que signifique o que é preciso não dizer. Há um trabalho histórico do sentido sobre o discurso social, pelo discurso da resistência, que produz uma espécie de reversão do discurso social, sem no entanto negá-lo. Ele passa a significar pelo avesso, por seu “duplo” (Ibid., p. 112).

Ainda nesse segmento discursivo, podemos observar que as mulheres que protagonizaram a luta pela anistia no estado não aceitavam a submissão, não se esquivaram da luta em momento algum e persistiram na sua ideologia até o fim, conforme afirma Zelita ao falar sobre sua prisão de forma arbitrária, sem constar crime algum, apenas divergência de ideologia: *eu estava de acordo com o meu regime e era contrário ao regime militar*.

Mesmo sem muito apoio, o Movimento Feminino Pela Anistia no estado contou com a participação das mulheres que abordamos nessa pesquisa e de várias outras que se uniram a elas, pois as mulheres viam na luta pela anistia uma oportunidade de libertação do machismo e de sua emancipação, já que, em seus discursos, percebemos que sua luta não abordava

apenas a libertação dos presos políticos, mas também a redemocratização do país, e em Sergipe, esse movimento contribuiu bastante para as conquistas que vieram após 1979.

Como as mulheres não lutavam unicamente pela anistia, o movimento feminino não cessou sua luta após a aprovação da Lei 6.683 e o fim do regime militar em 1985. Elas continuaram unidas em favor do social e de seus direitos, conforme nos relata Laura Marques:

SD19: No movimento de mulheres houve determinados grupos bastante rebeldes que assumiam determinados comportamentos que queriam ser iguais aos homens, mas a nossa linha não era essa, era realmente defender os direitos das mulheres e reivindicações sociais, creches para as mães que trabalhavam, de modo que, muitas creches da prefeitura foram fruto da nossa luta, além disso, desenvolvia a luta pelo planejamento familiar [...] (MARQUES, 2011, p. 40).

Durante muito tempo, o movimento feminista foi estigmatizado pela sociedade, “porque, no senso comum, o feminismo era associado à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PINSKY; PEDRO, 2012), o que Laura chama de “*grupos rebeldes*”. Então, mesmo as mulheres a favor da sua emancipação não queriam ser vistas assim, e lutavam para que a sociedade entendesse que suas reivindicações eram em prol da condição feminina.

Assim sendo, muitas mulheres dessa época não se denominavam feministas, preferiam, assim como Laura, dizer que simplesmente defendiam “*os direitos das mulheres*”. Não podemos nos esquecer, também, que muitas dessas mulheres nasceram nas décadas de 1940 e 1950 e sua criação foi pautada na formação ideológica do patriarcalismo e do catolicismo, em que ambas defendiam a perpetuação da feminilidade. Laura, ao afirmar que sua real intenção (em: *era realmente*) era defender os direitos das mulheres, tem a pretensão de deixar claro que não se pretendia retirar nenhum direito dos homens, nem serem iguais a eles, apenas melhorar a qualidade de vida das mulheres.

Ainda nessa perspectiva, Carvalho (2012) esclarece que essa divisão no movimento feminista se deu desde sua criação, uma vez que sempre houve mulheres que o apoiavam totalmente, as que o apoiavam parcialmente e as que não o apoiavam:

Como todo movimento social, o movimento feminista não contava com o apoio integral da população, nem mesmo das mulheres, desde que a maioria não era favorável à emancipação defendida. [...] Como em todo movimento político, existem

posições que se digladiam. Há aqueles que se identificam de forma radical, com as ideias propostas pelo movimento; os que embora se mostrem simpáticos à causa, não se afastam totalmente da ideologia vigente e há os que se colocam, taxativamente, contra o movimento. (CARVALHO, 2012, p. 149)

Segundo a afirmação de Carvalho, mesmo com tanto tempo de luta e organização, o movimento no final da década de 1970 ainda não encontrava total apoio feminino. A própria Laura Marques é um exemplo de apoio parcial das reivindicações do movimento. Cabe-nos considerar que as mudanças nos comportamentos sociais ocorrem gradativamente, de modo que as formações ideológicas são passadas de geração a geração para que lentamente modifique a cultura de uma sociedade.

Com o tempo, o movimento das mulheres conseguiu o respeito e o apoio da sociedade e conquistou espaços na política com a criação de vários conselhos que discutiam desde a condição de trabalho da mulher até às práticas sociais. Contudo, vale a pena frisar aqui que a maioria das mulheres citadas nesse trabalho (com exceção de Tânia Soares, eleita vereadora de Aracaju e Deputada Federal) não optou por seguir a carreira política, como a maioria dos seus companheiros de militância. O que podemos constatar que a sua resistência e luta não buscava poder político ou reconhecimento social, mas sim uma sociedade justa e democrática.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscamos averiguar como se deu a resistência feminina na Campanha da Anistia, em Sergipe. Para tanto, tomamos como objeto de análise os discursos de algumas mulheres que participaram desse movimento. De modo que, nosso objetivo geral foi evidenciar suas contribuições na história da política sergipana e brasileira.

A contextualização de como se deu o golpe militar em 1964 e seu desenrolar nos anos subsequentes foi indispensável para que conseguíssemos entender o processo político por que passaram o Brasil e Sergipe nessa conjuntura, e, posteriormente, a Campanha de Anistia, que teve início em 1976, no âmbito nacional, e em 1978, em nosso estado. Como os discursos femininos da época dessa campanha constituíram nosso principal objeto de estudo, importamos aqui salientar que as mulheres que participaram desse movimento em Sergipe, também se envolveram com a militância na década de 1960, daí a necessidade que tivemos de conhecer sua história anterior como militantes políticas, para melhor entendimento de sua atuação na Campanha de Anistia.

É interessante ressaltar que, na segunda metade da década de 60 e ao longo da década de 1970, em que o Brasil vivia o auge do sistema político autoritário, período de forte repressão, que as mulheres se unem a movimentos estudantis e políticos, filiam-se ao Partido Comunista Brasileiro e lutam pela liberdade e intensificaram suas lutas cada vez mais por seus direitos e pela igualdade dos gêneros. E, a partir dessa época, o ambiente público e privado não seria mais o mesmo: as mulheres, paulatinamente, passariam a ser peça chave na discussão sobre o progresso do país.

Em decorrência dessa visibilidade e da capacidade da mobilização feminina nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres de todo o mundo, brasileiras e sergipanas transformaram o ambiente político e a visão que a sociedade nutria sobre elas. Tanto que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o ano de 1975, como o Ano Internacional da Mulher, e as mulheres, não só no Brasil, mas em todo mundo, puderam celebrar essa valorização, o que também contribuiu para fortalecer suas lutas.

O perfil traçado de cada uma das sergipanas que aqui analisamos, a saber: Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Rodrigues Correia, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, Iara Viana de Assis, e Tânia Soares, possibilitou-nos perceber que o anseio de uma sociedade igualitária se deu muito antes da Campanha da Anistia, já que muitas iniciaram sua militância em movimentos estudantis e populares. Mas, foi no ano de 1978, que elas tomaram à frente da

luta em defesa do perdão e liberdade de seus companheiros que estavam presos e exilados. Essas mulheres se destacaram pela coragem de enfrentar o regime militar, especialmente, no estado de Sergipe, onde, culturalmente, a ideologia patriarcal ainda era forte e atuante. Foi possível identificar, ainda, que a ideologia que permeava seus discursos possuía forte influência do catolicismo, tradicionalmente conservador, especialmente no que tange ao papel feminino.

Observou-se, em seus discursos, que embora tenham sido cunhadas como comunistas, muitas delas, no início, não tinham ciência do que era o comunismo, participavam dos movimentos movidas pela vontade de transformar o mundo, por uma ideologia de cunho humanístico e cristão, pelo sentido de bem-estar e justiça social.

Por meio da análise dos discursos femininos da época da ditadura em Sergipe, pudemos constatar que a resistência à opressão, à perseguição política e, portanto, ao regime militar, em todas suas fases, contou ativamente com a participação das mulheres. No início, todas eram jovens universitárias, cheias de idealismo e de vontade de lutar por um mundo mais justo e igualitário, mesmo assim expandiram suas lutas para as periferias e conquistaram o apoio de várias mulheres das classes mais abastadas, isto é, sentiram a necessidade de partilhar ideias, aspirações e reivindicações, de modo que suas lutas se estendiam para melhorar a condição de vida das pessoas que viviam na periferia, esquecidas pelas o governo, para construir um mundo melhor, sobretudo mais humano.

Entretanto, foi na Campanha da Anistia que elas tomaram a frente e protagonizaram um papel importante, recorrendo a autoridades, a políticos de prestígio para conseguir o perdão dos presos políticos, o que resultou na anistia não só dos presos, como dos exilados e na redemocratização do país. Em suma, observou-se que essas mulheres foram duplamente transgressoras, primeiro por assumirem outra posição na sociedade que não a de donas de casa, mães e esposas, lugar que tradicionalmente lhes era atribuído, segundo por desafiarem as ordens estabelecidas e ajudarem a enfraquecer e derrubar o regime militar, rompendo, assim, com o estereótipo da fragilidade e submissão.

Não foi fácil o caminho que elas percorreram, ao optar pela resistência ao regime ditatorial. Enfrentaram muitos estigmas e preconceitos por parte não só dos homens, dos militares, mas da maior parte da sociedade, inclusive de outras mulheres que as viam com maus olhos. Mas o maior desafio foi enfrentar a prisão e as torturas físicas e psicológicas por

parte de seus carcereiros, que não aceitavam suas lutas políticas porque achavam que seu lugar em casa, submissas aos pais e maridos, e as torturas e humilhações a que eram submetidas era uma forma de colocá-las em seu “devido lugar”. Por conta disso, muitas delas sofreram a chamada “tortura sexual” que as inferiorizava e as colocavam em posição de submissão ao sexo masculino.

Embora muitas mulheres no país tenham optado pela luta armada, foram para guerrilhas, pegaram em armas e lutaram lado a lado dos homens contra o Exército, as mulheres analisadas nesse trabalho optaram, exclusivamente, pela luta que podemos chamar de ideológica, isto é, era através de discursos, no contato com jovens estudantes, participando de movimentos e agremiações, muitas vezes de forma marginal, elas se organizavam por meio de reuniões, passeatas, discursos em assembleia, atos de mobilização e protestos, enfrentaram o regime militar no estado, e assim conseguiram, além da anistia, grandes feitos para a sociedade sergipana.

Vale a pena ressaltar ainda que desde o início de suas ações, elas defendiam, em seus discursos, não apenas o fim da ditadura militar e a anistia ampla, geral e irrestrita, buscavam uma sociedade igualitária, em que todos tivessem melhores condições de vida e acesso à educação e à saúde de qualidade. Tanto que, mesmo com a promulgação da Lei 6,683 (Lei da Anistia), em 28 de agosto de 1979, elas não cessaram suas lutas e continuaram unidas em organizações e, juntas, fundaram o Conselho da Condição Feminina, em 1983, em prol de políticas públicas para as mulheres.

Assim, a ação desse Conselho resultou em criação de creches, programas de assistência e saúde da mulher, programas de planejamento familiar, abertura dos postos de saúde aos domingos, assistência social às crianças e adolescentes e o combate à gravidez precoce. Outra conquista dessas lutas foi a criação da Delegacia da Mulher em 1988, com o intuito de combater qualquer violência ao gênero feminino.

Podemos concluir que, contraditoriamente, o autoritarismo e a censura impostos pela ditadura militar acabaram favorecendo a saída das mulheres do espaço doméstico, e abrindo-lhes as portas para novas oportunidades em sua formação e em sua carreira profissional e, conseqüentemente, dando-lhes oportunidade de conquistar sua independência financeira, social e intelectual.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos e organizações populares que beneficiaram a condição da mulher na sociedade. E, a partir de então, surgiram várias outras ações em favor da mulher, a exemplo de: denúncias do sexismo escolar, denúncias da violência sexual, entre outras. A ação efetiva das mulheres abriu caminhos de libertação e as estimulou a se organizarem, denunciarem o preconceito de que eram vítimas e a continuarem a lutar por seus direitos.

Entretanto, mesmo protagonizando a Campanha da Anistia no Estado, as mulheres ainda são colocadas em segundo plano e poucas são as pesquisas que evidenciam as lutas femininas.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. et al. **O papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Walter Jose Evangelista e Maria Lura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

ARAÚJO, Maria. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013.

ASSIS, Iara Viana de. **Entrevista** concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX”. UNIT, 2011 p. 94-107

BAKTHIN, Michael. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas; Unicamp, 2004.

BRASIL. **Ato institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acessado em 18 de ago de 2016.

CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. **A construção de uma discursividade feminista em Sergipe**: a Revista Renovação na década de 1930. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

_____. Natureza, sentimentos e imaginário nas poesias femininas do início do século XX em Aracaju/Se. In: III Seminário Nacional Literatura E Cultura, 2011, São Cristóvão. **Anais Eletrônicos do III Seminário Nacional Literatura e Cultura**. São Cristóvão/SE: GELIC/UFS, V. 3, jun de 2011. p. 2763-2776.

CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevista concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX”. In.: ANDRADE, J. A. F.; BARRETO, L. R. T.; FLORENCIO, M. J. M. **Registros e lembranças**: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX. Monografia. 159f. UNIT, 2011 p. 132-157

CORREIA, Zelita Rodrigues. **Entrevista** concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. In.: ANDRADE, J. A. F.; BARRETO, L. R. T.; FLORENCIO, M. J. M.

Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX. Monografia. 159f. UNIT, 2011, p. 55-80

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática:** movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. Salvador: PPGH/UFBA, 2012. 527f.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **Sobressaltos do Discurso:** Algumas aproximações da análise do discurso; Campina Grande; EDUEFCG; 2007.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe:** 1964 – 1984 (partidos e eleições num Estado autoritário). 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

_____. **História de Sergipe:** República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. et al. **Análise do Discurso:** fundamentos e práticas. Maceió: UFAL, 2009.

Folha de São Paulo. **Tudo sobre o golpe:** <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/index.html>. Acessado em 18 de ago de 2016.

FRANCISCO, Gil. **1964:** os militares no poder e seus reflexos em Sergipe. 2010. Disponível em < <http://sergipeeducacaoecultura.blogspot.com.br/2010/06/1964-os-militares-no-poder-e-seus.html> > Acesso em 17 de set de 2016.

GAZETA DE SERGIPE. Tocaram fogo na Gazeta. 1969a, p.3.

GAZETA DE SERGIPE. Notas. 1969b, p.5.

JORNAL DO BRASIL. Basta! 1963, p.6

LAZZALI, Suzy. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In.: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de. (Orgs). **Linguagem, História e Memória:** discursos em movimento. Campinas: Pontes, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso.** Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. **Discurso e análise do discurso.** Trad. Sírío Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma História da análise do discurso na França. Trad. Mônica Graciela Zoppi Fontana. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura.** Campinas Editora Unicamp, 1997. p. 15-28.

MARQUES, Laura Maria Ribeiro. **Entrevista** concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. In.: ANDRADE, J. A. F.; BARRETO, L. R. T.; FLORENCIO, M. J. M. **Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX**. Monografia. 159f. UNIT, 2011 UNIT, 2011 p. 28-53

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. (1845-1846). Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MURAT, Lúcia. **MULHERES em Luta**. [Documentário]. Direção de Susanna Lima. [s.i]: Gnt, 2014. (25 min.), Vídeo, son., color. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/materias/lucia-murat-e-a-professora-estrella-bohadana-relembra-superacao.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Ítala da Silva de. Liga brasileira contra o analfabetismo. **Diário da manhã**, 1913, p. 2.

OPERAÇÃO CAJUEIRO. [Documentário]. Produção de Fábio Rogério, Vanderlei Dias e Werden Tavares. Aracaju: SECULT, 2014 (33min).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **As Formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2 ed – Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Trad.: Eni P. Orlando. Campinas: Pontes, 2008

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PAYNE, LEIGH A.; ABRÃO, PAULO; TORELLY, MARCELO D. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, 2011.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulher e Literatura: Histórias de Percurso. In: CAVALCANTI, Ildney; LIMA, Ana Cecília; SCHNEIDER, Liane. **Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades**. Maceió, AL: EDUFAL, 2006.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SOUSA, Tânia Soares de. **Entrevista** concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX”. In.: ANDRADE, J. A. F.; BARRETO, L. R. T.; FLORENCIO, M. J. M. **Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX**. Monografia. 159f. UNIT, 2011 p. 108-131

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Trad.: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; STÜBE, Angela Derlise; PAULON, Clarice Pimentel. (Orgs.) **Silêncio e interdito: discursos em movimento**. São Carlo: Pedro & João Editores, 2016.

VOESE, Ingo. Sobre as noções de língua e discurso. In.: PPGLL. Discurso: história, sujeito, e Ideologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**. n. 30. Maceió: UFAL, 2002. p. 65-99

ZERBINI, Terezinha. **Manifesto de lançamento do MFPA**
http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=docbnm_completo&pagfis=93302&pesq=

ZUYEVA, Tayana. Estado Democrático. **Jornal do Povo**. 1946, p. 5.